

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O impacto da avaliação da economia na cultura política brasileira:
condicionantes do apoio à democracia e da tolerância política**

JÉSSICA MATHEUS DE SOUZA

CAMPOS DOS GOYTACAZES

FEVEREIRO DE 2020

O impacto da avaliação da economia na cultura política brasileira: condicionantes do apoio à democracia e da tolerância política

Jéssica Matheus de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Campos dos Goytacazes

Fevereiro de 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S729

Souza, Jessica Matheus de.

O impacto da avaliação da economia na cultura política brasileira : condicionantes do apoio à democracia e da tolerância política / Jessica Matheus de Souza. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

87 f.

Bibliografia: 85 - 87.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientador: Vitor de Moraes Peixoto.

1. Apoio à democracia. 2. Tolerância política. 3. Cultura política. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

**O impacto da avaliação da economia na cultura política brasileira:
condicionantes do apoio à democracia e da tolerância política**

Jéssica Matheus de Souza

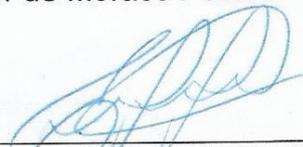
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Professor orientador: Dr. Vitor de Moraes Peixoto

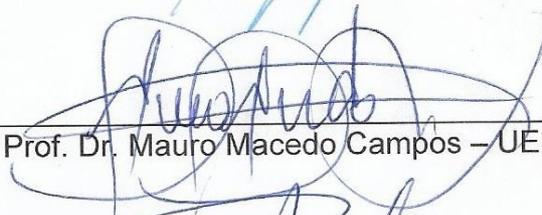
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto – UENF



Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi - UFPR



Prof. Dr. Mauro Macedo Campos – UENF



Prof. Dr. Renato Barreto de Souza – IFF

Campos Dos Goytacazes – RJ
2020

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a presença de algumas pessoas que me incentivaram e contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Agradeço à minha família, por compreender ocasionais ausências e cansaço, em especial à minha mãe Andressa e meu avô Walter, que desde meus primeiros passos me incentivou a perseguir uma carreira.

Agradeço ao meu orientador, Vitor Peixoto, pelo incentivo, paciência, exigência e grande disponibilidade para ensinar e contribuir para o meu crescimento como pesquisadora.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho por partilhar vivência e aprendizado e aos amigos Marcus Vinícius, Yves Pessanha e Diego, que estavam comigo em todos os momentos difíceis e comemorações.

Resumo

Este trabalho objetivou a construção de análises a respeito da percepção da economia pessoal e do país pelo cidadão e os impactos da avaliação dela no conjunto de atitudes individuais conhecidos por tolerância política e apoio à democracia. Os dados analisados foram extraídos da base do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), no ciclo de 2006 a 2018. A primeira hipótese colocada propõe a correspondência entre avaliações egotrópica e sociotrópica da economia e grau de tolerância individual, e a mesma não foi comprovada. Porém, foram encontradas variáveis que exercem significativo impacto na tolerância política: foi negativo o antipetismo, idade e religiosos das classificações evangélico pentecostal e protestante tradicional, ou seja, esses são os grupos mais intolerantes. Em contrapartida, maior escolaridade tende a aumentar o grau de tolerância dos indivíduos. A segunda hipótese se referia a maior declaração de apoio à democracia em casos com percepção de melhora na situação econômica pessoal ou do país. Nesse quesito, as variáveis de mobilidade de classe e avaliação sociotrópica da economia demonstraram estar relacionadas com os extremos das escalas. Ou seja, avaliar bem a economia do país e perceber mobilidade social ascendente tende a levar os indivíduos a declarar mais apoio incondicional ao sistema democrático e igualmente se mostrarem com menor grau de insatisfação. Quanto a justificativa para golpe militar em situações de muito crime, indivíduos com percepção de mobilidade ascendente e avaliação positiva da economia tendem a apoiar menos a medida autoritária.

Palavras-chave: Apoio à democracia. Tolerância política. Cultura política

Abstract

The present work aimed to build analyzes regarding the perception of the personal and country economy by the citizen and the impacts of its evaluation on the set of individual attitudes known as political tolerance and support for democracy. The data analyzed were extracted from the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) database, in the cycle from 2006 to 2018. The first hypothesis proposed a correspondence between egotropic and sociotropic assessments of the economy and the degree of individual tolerance, and it was not proven. However, variables were found that have a significant impact on political tolerance: antipetism, age and religious of the Pentecostal and traditional Protestant evangelical classifications were negative, that is, these are the most intolerant groups. In contrast, higher education tends to increase the degree of tolerance of individuals. The second hypothesis referred to the greater declaration of support for democracy in cases with perceived improvement in the personal or country economic situation. In this regard, the variables of class mobility and sociotropic assessment of the economy showed to be related to the extremes of the scales. In other words, assessing the country's economy well and perceiving upward social mobility tends to lead individuals to declare more unconditional support for the democratic system and also show lower degrees of dissatisfaction. As for the justification for military coup in situations of high crime, individuals with a perception of upward mobility and a positive assessment of the economy tend to support the authoritarian measure less.

Keywords: Support for democracy. Political tolerance. Political culture.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 10 |
| 2. Revisão da literatura | 13 |
| 2.1 Teoria da modernização e surgimento dos valores pós-modernos | 14 |
| 2.2 Adesão à democracia no Brasil | 20 |
| 2.3 Tolerância política..... | 32 |
| 2.4 Percepção da economia, mobilidade social e atitudes políticas | 40 |
| 3. Método | 49 |
| 4. Discussão dos resultados | 53 |
| 4.1 Construção das variáveis independentes: percepção de mobilidade social e avaliação sociotrópica da economia..... | 53 |
| 4.2 Indicador de Tolerância política | 58 |
| 4.3 Os modelos econométricos sobre tolerância política..... | 61 |
| 4.4 Análises longitudinais das atitudes de apoio à democracia | 63 |
| 4.5 Variáveis atitudinais de apoio à democracia..... | 67 |
| 4.6 Apoio a modelos autoritários | 74 |
| 5. Conclusão | 78 |
| Referências bibliográficas | 85 |

Lista de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Avaliação da situação econômica do país. | 55 |
| Gráfico 2: Avaliação da situação econômica pessoal. | 56 |
| Gráfico 3: Gosto/desgosto em relação aos alvos de intolerância. | 59 |
| Gráfico 4: Indicador de tolerância. | 60 |
| Gráfico 5: Confiança nas eleições. | 64 |
| Gráfico 6: A democracia tem alguns problemas, mas é a melhor forma de governo. | 65 |
| Gráfico 7: Satisfação com a democracia. | 66 |
| Gráfico 8: Confiança nas eleições e avaliação sociotrópica. | 67 |
| Gráfico 9: Confiança nas eleições e avaliação egotrópica. | 68 |
| Gráfico 10: Confiança nas eleições e mobilidade social | 69 |
| Gráfico 11: Democracia como melhor forma de governo e situação econômica do país | 70 |
| Gráfico 12: Democracia como melhor forma de governo e situação econômica pessoal | 71 |
| Gráfico 13: Democracia como melhor forma de governo e mobilidade social. | 71 |
| Gráfico 14: Satisfação com a democracia e avaliação sociotrópica. | 72 |
| Gráfico 15: Satisfação com a democracia e avaliação egotrópica. | 73 |
| Gráfico 16: Satisfação com a democracia e mobilidade social. | 74 |
| Gráfico 17: Justificativa para regimes autoritários. | 75 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Pertencimento de classe auto-identificado. | 54 |
| Tabela 2: Mobilidade social. | 54 |
| Tabela 3: Variável posicionamento ideológico | 57 |
| Tabela 4: Recodificação da variável posicionamento ideológico | 57 |
| Tabela 5: Modelos econométricos para tolerância política. | 63 |
| Tabela 6: Modelos de razão de chances para apoio a formas autoritárias de governo. | 76 |

1. Introdução

A partir das eleições de 2014, o Brasil enfrentou uma crise política e econômica marcada por acontecimentos como recorrentes manifestações populares a nível nacional, o impeachment de Dilma Rouseff, a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a greve dos caminhoneiros que paralisou o país e as eleições presidenciais de 2018, marcadas por discursos intolerantes e antidemocráticos. Com esse cenário em vista, se faz relevante uma investigação a respeito das atitudes democráticas no Brasil, a fim de aferir a evolução da opinião pública e do comportamento dos eleitores brasileiros no que tange a satisfação com o sistema democrático, a tolerância política e o apoio a golpe militar no país.

A principal questão da pesquisa é analisar o impacto da avaliação da economia nacional e pessoal nas atitudes democráticas, correlacionando essas avaliações egotrópicas e sociotrópicas da economia com a tolerância política, satisfação com o sistema democrático e apoio ao golpe militar no Brasil. Os resultados são expostos nas três últimas sessões do trabalho, divididos em três tópicos correspondentes.

Primeiramente, quanto à análise da tolerância, a pergunta que se pretende responder é: como visões sobre a economia e sobre mobilidade social se refletem na maior ou menor propensão do indivíduo a manifestar satisfação com a democracia ou a apoiar formas autoritárias de governo? A hipótese testada é que a variável de tolerância é afetada de acordo com as avaliações individuais da condição econômica pessoal e do país. O argumento é que o efeito da economia no grau de tolerância acontece uma vez que o sentimento de melhora econômica se traduz em sentimento que a vida desse indivíduo melhorou, não importa o que os grupos contrários façam.

Assim, condições adversas, com avaliação de piora da economia do país e pessoal, criam condições para que se responsabilize grupos adversários, que se tornam alvos do sentimento de intolerância. Em suma, serão testadas as hipóteses que se referem à sensação e avaliação da economia vivida e a mobilidade social percebida como fatores chaves para a compreensão de mecanismos por meio dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos cidadãos.

A análise nesse caso, além de aferir a relação entre avaliação da economia e tolerância política, consta também de uma investigação dos condicionantes da atitude

de tolerar. Para isso, são relacionadas características individuais e atitudes políticas com um índice de tolerância construído utilizando perguntas acerca da crença que determinados grupos devem possuir direitos. A finalidade é entender o que causa esse fenômeno e seu inverso, ou seja, os fatores que estimulam a intolerância.

Quanto ao apoio à democracia, é explorado o mecanismo causal através do qual mobilidade social e avaliação da economia afetam as atitudes em relação ao apoio ao sistema democrático. A pergunta de pesquisa utilizada para explorar essa problemática pode ser traduzida da seguinte forma: como visões sobre a economia e sobre mobilidade social se refletem na maior ou menor propensão do indivíduo manifestar satisfação ou a democracia e apoiá-la como forma de governo?

O apoio à democracia é entendido como a preferência por essa forma de governo e o apoio a manutenção do regime democrático. Atualmente é aferido por múltiplos surveys com objetivo de compreender se a população apoia a democracia em si. Nessa pesquisa de dissertação, o apoio à democracia é medido através de 3 perguntas no questionário LAPOP que dizem respeito à preferência pela democracia em comparação a outras formas de governo, o grau de satisfação quanto ao funcionamento do sistema democrático e o grau de confiança nas eleições.

A hipótese testada é referente à sensação e avaliação da economia vivida e a mobilidade social percebida como os fatores chaves para a compreensão de como o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos cidadãos. Se espera que o apoio ao sistema democrático seja maior na presença de boa avaliação sociotrópica ou egotrópica da economia. Assim, se o indivíduo julga que a situação econômica vai mal, ele pode acreditar que as vias democráticas não são capazes de resolver o problema. O contrário ocorreria se a economia vai bem, ou seja, se observaria bom julgamento e maior apoio ao regime democrático, por atribuir a ele parte do mérito ou apenas crer que esse não constitui impedimento a melhora.

Por fim, é realizada uma análise longitudinal da variação do apoio a democracia no Brasil, aferindo as características individuais que são encontradas em maior ou menor propensão em pessoas pró-governos autoritários. Novamente, serão investigadas a avaliação da economia nacional e da economia pessoal, além de outros indicadores: anos de estudo formal, gênero, idade, posicionamento ideológico à esquerda ou à direita, presença de antipartidarismo, macrorregião nacional, mobilidade social, ter vivenciado carência de refeição, ter sido vítima de crime, apresentar insatisfação com a vida, estar em situação de desemprego, e, finalmente

religião (católico, protestante tradicional, evangélico pentecostal, sem religião). A partir de então, se busca a compreensão dos condicionantes do apoio ao golpe militar. A pergunta de pesquisa busca responder quem são os apoiadores do golpe militar no país. Há um padrão? Quais as características comuns a esses indivíduos?

O trabalho conta com uma revisão da literatura dentro da temática da cultura política e opinião pública brasileira, e perpassa o tema das transformações sociais, principalmente a mudança valorativa e cultural que se associa a uma maior propensão de instauração ou adesão à democracia. O levantamento da bibliografia traz também dimensões específicas da política brasileira, de forma a aproveitar a expansão dos estudos nacionais sobre atitudes e comportamento eleitoral, favorecidos pela consolidação, nos últimos anos, de redes de pesquisa e a análise de dados de questionários de dois grandes empreendimentos, Estudos Eleitorais brasileiro (ESEB) e do Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Não obstante o fato de muitos autores clássicos adotarem características gerais da população como indicadores da cultura, tratando o grupo como unidade de análise, este trabalho é realizado tratando como unidade de análise o indivíduo. Aqui, a cultura política é compreendida como um conjunto de atitudes que os indivíduos têm a respeito do sistema político, que podem ser mais ou menos enraizadas e suscetíveis a mudanças com o tempo.

Inicialmente, é realizada uma breve revisão teórica contendo estudos acerca de mudanças culturais, apoio democrático, tolerância política e trabalhos envolvendo determinantes econômicos na política. Em seguida, é abordada a metodologia utilizada, detalhada em tabelas contando questão de pesquisa, hipótese, técnica de análise, variáveis dependentes e independentes, recorte temporal e dados utilizados.

Já os resultados se dividem em seis partes. As duas primeiras constam da construção da variável independente de mobilidade social e a avaliação sociotrópica da economia, seguida da construção da variável dependente de tolerância política. A terceira parte se dá com a exploração dos condicionantes da tolerância política no Brasil. Já a quarta e quinta seções tratam de operacionalizar as variáveis de apoio ao sistema democrático, ou seja, as variáveis confiança nas eleições, preferência pela democracia e satisfação com o funcionamento do sistema democrático. Essas são analisadas longitudinalmente e depois relacionadas com as variáveis independentes.

A sexta seção dos resultados apresenta relação entre apoio a formas autoritárias de governo e mobilidade social ou avaliação da economia do país e conta

com a construção de modelos logísticos no intuito de estimar as razões de chances de um indivíduo ser favorável ao fechamento do congresso e apoiar a golpes militares quando há crime e corrupção.

Por fim, a última parte do trabalho traz a discussão dos resultados encontrados e conclusões sobre eles.

2. Revisão da literatura

A pesquisa tem como objetivo evoluir no entendimento da cultura política brasileira, principalmente no que concerne a adesão ao sistema democrático de governo e a tolerância política expressada pela população. Este capítulo trata da revisão da literatura sobre o tema, que foi dividida em quatro partes: a teoria da modernização e surgimento dos valores pós-modernos; adesão à democracia no Brasil; tolerância política, e por fim, percepção da economia, mobilidade social e atitudes políticas.

Essa revisão tem intuito de priorizar estudos mais recentes acerca dessa temática no Brasil e alguns na América Latina, de forma alguma com intenção de exaurir toda a literatura sobre o tema. Na primeira seção, será abordada a teoria do surgimento dos valores pós-modernos, que estariam relacionados a uma maior adesão a democracia e seus valores, como a tolerância política.

Na segunda seção constam trabalhos que buscaram compreender a adesão à democracia, utilizando determinantes contextuais e individuais como variáveis de explicação para esse fenômeno, além de estudos que testaram a adesão aos valores democráticos entre pessoas que afirmam preferir a democracia como forma de governo.

Na terceira parte serão analisadas obras que contemplam o tema da tolerância política; iniciando com obras clássicas que evidenciam a importância da tolerância no regime como democrático, quanto os mais recentes trabalhos sobre a evolução e os condicionantes da tolerância política no Brasil. Serão visitadas obras que dizem respeito ao ato de tolerar e dificuldades desse ato, estabelecendo uma conexão ao contexto brasileiro hoje.

Por último, na quarta seção, serão explorados trabalhos que colocaram em discussão determinantes econômicos de resultados eleitorais e democráticos,

considerando a teoria do voto econômico. São priorizados estudos do caso brasileiro, sejam eles utilizando dados econômicos macroestruturais ou variáveis subjetivas de análise do desempenho governamental, avaliação econômica pessoal ou mesmo modelos analíticos com variáveis de caráter contextual, como a influência da economia global.

2.1 Teoria da modernização e surgimento dos valores pós-modernos

A presente discussão pode ser contextualizada a luz da teoria da modernização apresentada por Inglehart e Welzel (2009), segundo a qual o desenvolvimento socioeconômico daria vez a um conjunto de valores pós-materialistas, provocando profundas alterações no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política. Essa mudança de valores promoveria pressões cada vez maiores para o estabelecimento da democracia, em países de regime autoritário, ou aprofundamento dela, em países em fase de consolidação do regime democrático. Assim, a linha de raciocínio coloca o desenvolvimento econômico como propulsor de uma mudança cultural que, entre outros fatores, traz uma valorização da democracia, sistema que melhor representa a nova cultura, que busca a igualdade, liberdade e autonomia individual.

Os autores relatam uma mudança cultural que nasce da modernização socioeconômica, uma mudança emancipatória trazendo novos padrões valorativos, uma vez que antigos valores estão mudando em direção previsível em medida que o desenvolvimento socioeconômico ocorre. O novo conjunto de valores tem importantes consequências em relação à forma com que as sociedades são governadas, na medida em que a mudança cultural estimula uma demanda por maior igualdade de gênero, liberdade democrática e boa governança. Os valores de massa desempenham papel fundamental no surgimento de instituições democráticas.

Para Inglehart (2012) a mudança de valores nas sociedades pós-industriais se fundamenta na hipótese que os indivíduos perseguem vários objetivos em ordem hierárquica, o que justifica a máxima atenção às necessidades consideradas mais importantes. O exemplo do autor é a necessidade fundamental por alimento, que, uma vez saciada e garantida, dá lugar a um desejo de segurança econômica, e depois que essa foi conquistada, passa a ser meta a aquisição de bens mundanos como símbolos

de afluência. Em sua análise sobre a mudança de valores da população na Europa, Inglehart destaca o fator intergeracional que consta nas condições materiais de criação das gerações, que passa do estágio de priorização das necessidades materiais básicas a outro patamar. As populações das sociedades ocidentais, segundo ele, ultrapassaram este estágio e foram socializadas em um período de afluência sem precedentes, tomando agora a segurança econômica como garantida.

A teoria apresentada por Inglehart e Welzel (2009) considera o impacto do desenvolvimento socioeconômico e a resistência da herança cultural de uma sociedade, afirmando uma mudança sociocultural não linear. Após a industrialização, que causou racionalização secularização e burocratização, ocorre a ascensão da sociedade do conhecimento, que coloca outro conjunto de valores, suscitando ênfase cada vez maior na autonomia individual, livre escolha e auto-expressão. Os valores emergentes dão origem a um processo de desenvolvimento humano que caminha em direção a uma sociedade humanística, que preza pela emancipação humana.

Assim, as sociedades mais pobres tendem a assumir valores focados na sobrevivência material, as sociedades de nível intermediário, nas quais as pessoas dispõem de maior segurança existencial, estão centradas na capacidade de realização individual, e, por fim, as sociedades ricas, no exercício da imaginação, tolerância, valores ecológicos, livre escolha, bem-estar e valores de auto-expressão. Dessa forma, o processo de modernização socioeconômica estimula a formação de novos padrões valorativos, promovendo uma mudança emancipatória de valores, com a emergência dos valores cívicos, liberais e de auto-expressão.

[...] uma cultura humanística – que enfatiza valores de auto-expressão – propaga-se por todos os grandes domínios da vida, ajudando a dar uma nova forma a normas sexuais, papéis de gênero, valores familiares, religiosidade, motivações para o trabalho, relação das pessoas com a natureza e com o meio ambiente, e suas atividades comunitárias e participação política. A crescente valorização da autonomia humana é evidente em todos esses domínios, transformando o tecido das sociedades contemporâneas. [...] Papéis de gênero, orientações religiosas, padrões de consumo habito de trabalho e comportamento eleitoral se tornam, cada vez mais, questões de escolha individual (INGLEHART, WELZEL, 2009, p. 20).

A modernização socioeconômica gera as capacidades objetivas que possibilitam a escolha autônoma para cada vez mais pessoas, e os valores de auto-expressão levam a que elas exijam a liberdade de escolha, a qual é permitida pelos direitos assegurados por instituições democráticas. Essa mudança de valores promove pressões cada vez maiores para o estabelecimento da democracia.

De acordo com os autores, os valores de auto-expressão não necessitam de um regime democrático prévio para aflorar, podendo surgir em regime autoritário, causando assim uma demanda em massa por um regime democrático, ou uma democracia mais eficiente, no caso de regimes democráticos de baixa qualidade. A respeito da herança cultural, os autores relatam que embora os valores possam mudar, eles continuam a refletir a herança histórica de uma sociedade; a mudança cultural é dependente da trajetória.

Já no artigo “Modernización y posmodernización: la transformación de la relación entre desarrollo económico y cambio cultural” (INGLEHART, 1994), é oferecida uma versão revisitada da teoria da modernização. Ainda que as sociedades pré-industriais sejam diferentes das que se estudou quando foi formulada a teoria, se fala de um modelo de sociedade moderna a qual os grupos sociais se destinam uma vez que aprendem o caminho da industrialização. O autor expõe que o estudo da modernização foi um dos componentes de maior peso nas ciências sociais nas décadas 50 e 60, porém foi severamente criticada e caiu em descrédito nos últimos 15 anos. O artigo propõe um ponto de vista novo, respondendo às críticas recebidas nos trabalhos anteriores; uma delas foi que essa teoria implicaria que o desenvolvimento econômico produziria fácil e automaticamente democracias liberais, e tal ponto de vista foi rejeitado por denotar um etnocentrismo ingênuo. Todavia, é argumentado que a teoria da modernização está se desenvolvendo a mais de um século. Um grande número de teóricos sociais defende que certas mudanças tecnológicas e econômicas são resultado de padrões coerentes e previsíveis de transformações culturais e políticas, assim o debate sobre as relações causais ainda prevalece, e se busca responder se a mudança econômica dá lugar as transformações sociais e políticas, ou se ocorre o contrário.

Defende-se no artigo que o desenvolvimento econômico, a mudança cultural e a transformação política estão articulados em padrões coerentes e até certo ponto previsíveis, e essas articulações são reflexo de relações causais. Porém, as interpretações que se baseiam no determinismo econômico, político ou cultural são demasiado simplistas, uma vez que as relações causais tendem a ser recíprocas. Em suma, argumenta-se que a modernização não é um processo linear. A orientação do desenvolvimento variou durante o último quarto de século, uma mudança marcante que poderia ser utilizado o conceito de “pós-modernização” para defini-lo, em lugar de “modernização”. O termo pós-modernização seria mais adequado uma vez que a

literatura sobre pós-modernismo sugere certas características da nova orientação tratada no artigo. No pós-modernismo, se afasta da ênfase na eficiência econômica, na racionalidade científica associada a modernização, e da autoridade burocrática, de modo a se aproximar de uma sociedade mais humana, com autonomia individual. Assim, o conceito é útil por implicar que a mudança social foi além do funcionalismo racional moderno e tomou uma direção diferente.

Os conceitos de modernização e pós-modernização se baseiam nas premissas que diversos elementos culturais tendem a ser unidos dentro de padrões culturais coerentes (por exemplo, religião e famílias grandes), e esses padrões estão vinculados com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Os padrões culturais coerentes observados em sociedades desenvolvidas são diferentes dos padrões notados em sociedades menos desenvolvidas. O artigo em discussão objetiva examinar se de fato existem esses padrões e se estão relacionados com níveis de desenvolvimento, utilizando dados do World Values Survey 1990-1991 colhidos em 40 países (INGLEHART, 1994).

Como foi visto, a mudança cultural ocorre quando, primeiramente, os valores de escassez dão lugar aos valores pós-modernos ou de seguridade; a fome deixa de ser um problema para as populações altamente desenvolvidas. Durante a modernização, aconteceu a troca da autoridade religiosa pela autoridade do Estado, uma vez que haveria erosão de sistemas de crenças que apoiavam autoridades tradicionais e substituição dessas por sistemas racionais e científicos, que apoiavam a autoridade de Estados centralistas e burocráticos.

Já durante a mudança pós-modernista, a autoridade burocrática hierárquica apresenta menos eficiência e aceitação e a população deposita menor confiança em suas instituições, a atenção das massas se volta às preferências individuais. É atribuída maior importância à liberdade individual e à experiência emocional, junto à rejeição de qualquer tipo de autoridade; a expressão pessoal e a participação política são vistos como valiosos por si só, fazendo com que a contribuição das massas ao processo político seja mais extensa e eficaz. A ciência, tecnologia e racionalidade perdem prestígio principalmente nas sociedades mais econômica e tecnologicamente avançadas, uma vez que a crença de contribuição da ciência para o progresso se erodiu.

De certa forma, Inglehart defende que a pós-modernização seguiria as tendências da modernização, em particular os processos de secularização e

individualização, porém eles tomam um novo aspecto. A diminuição contínua das crenças tradicionais acontece juntamente a uma preocupação crescente com o fim de existência, e a individualização ligada a separação da autoridade do Estado faz com que os direitos e privilégios do indivíduo tenham prioridade sobre qualquer obrigação. Por conseguinte, a complexidade da sociedade industrial avançada acarretaria em maior especialização das funções em todos os campos de existência. Os resultados do estudo mostraram padrões culturais consistentes relacionados com o desenvolvimento econômico; a síndrome da modernização tenderia a apresentar consequências previsíveis como uma maior mobilização de massas e uma mudança de valores tradicionais a burocráticos que poderia conduzir ao estabelecimento de regimes democráticos ou autoritários.

A exemplo, entre os resultados da análise, o fator atribuir importância a religião se relaciona com desejar muitos filhos, acentuar a obediência como virtude, atribuir importância ao trabalho e expressar forte sentido de orgulho nacional. As sociedades que acentuam a importância da religião também tendem a conceder pouca importância à política e ao ensinamento de poupança e decisão como virtudes às crianças, além de rejeitar o aborto. Esses fatores relacionados por Inglehart com a polarização “autoridade tradicional” contra “autoridade estatal”, o que parece corresponder ao processo de modernização, no qual a autoridade se distancia de suas bases tradicionais e se aproxima da autoridade burocrática e impessoal.

As sociedades com um número relativamente alto de pós-materialistas tendem a se caracterizar com um sentido de bem-estar subjetivo, o que é pontado pela correlação entre os valores pós materialistas e a satisfação com a vida e a tendência dos entrevistados a reportar emoções positivas (interesse por algo, orgulho por um feito) em detrimento de negativas (inquietação, solidão, irritação por recebimento de críticas). Essas pessoas se descreveram como “com boa saúde” e infreqüentemente como insatisfeitas. O vínculo ente pós-materialismo e bem-estar não é uma ideologia e sim uma resposta aos níveis altos de satisfação objetivas das necessidades como alimentação e ter esperança de vida. Porém, os pós-materialistas não reportam níveis altos de bem-estar subjetivo, uma vez que dão suas necessidades materialistas como garantidas e passam a buscar outras metas. Outro fator encontrado foi a inclinação desses indivíduos a ter pouca confiança que os progressos científicos ajudam no progresso da humanidade e a duvidar que uma ênfase em

tecnologia seja algo benéfico; enquanto isso os níveis de apoio ao movimento ecologista são maiores.

As sociedades influenciadas por valores de segurança tendem a ser mais tolerantes que as caracterizadas por valores de escassez, menos propensas a rejeitar grupos externos com o argumento de não querer ter estrangeiros ou homossexuais como vizinhos, e mais propensas a declarar que homossexualidade se justifica. O ambiente de segurança parece se relacionar com a tolerância à diversidade, e além disso, com um conjunto de características que aparentam conduzir à democracia, como por exemplo confiança interpessoal, auto-expressão e participação pública na política e em todos os níveis. O autor defende a relação entre a presença desses valores e a estabilidade democrática.

As conclusões de Inglehart (1994) sobre os resultados defendem a existência de padrões culturais coerentes e limitados que se relacionam com o nível de desenvolvimento econômico, ou seja, dentro desses aspectos, defende que a teoria da modernização foi acertada. A evidência empírica exposta no artigo aponta que existe uma correlação forte entre valores de segurança, confiança interpessoal, tolerância, valores pós-materialistas e bem-estar subjetivo e uma democracia estável.

Pode ser argumentado que essa síndrome cultural leva a democracia, ou que a democracia conduz a tolerância, confiança e aos valores pós-materialistas, ou ainda que a cultura e as instituições políticas se apoiam de forma mútua; qual seja a relação causal, eles tendem a estar relacionados.

Sin embargo, la relación entre cultura y democracia que acabamos de señalar es aún más fuerte que la relación entre desarrollo económico y democracia (el indicador más fuerte es el PIB per cápita, con $r=.81$). Una vez más, por razones de espacio no se analizarán las relaciones causales; pero la evidencia sugiere que el desarrollo económico por sí mismo no produce automáticamente la democracia; tal vez lo haga en la medida en que da lugar a un síndrome específico de cambios culturales (INGLEHART, 1994).

Por fim, os valores pós-modernos estão estreitamente vinculados com o desenvolvimento econômico; isso não significa necessariamente que esses valores vão se disseminar amplamente, somente com informações de séries tempo a longo prazo seria possível comprovar se estão ocorrendo de fato as mudanças em direção prevista, e também decifrar as relações causais.

A teoria da modernização é elaborada no contexto das nações pós-industriais, por isso é cabível o estudo da aplicabilidade de seus conceitos e previsões nos casos de jovens democracias com problemas materiais e econômicas pendentes,

com o caso brasileiro. Assim existe a indagação sobre a transposição do modelo de Inglehart e Welzel para países latino-americanos. Por isso, são analisados a seguir trabalhos acerca da percepção da democracia entre os brasileiros tanto em seu caráter normativo e quanto funcionamento prático, bem como a temática do pensamento autoritário e a possibilidade de sobrevivência de valores autoritários que se originaram durante a ditadura militar.

2.2 Adesão à democracia no Brasil

Atualmente vários aspectos culturais são investigados a fim de entender se eles interferem na manutenção e qualidade do regime democrático, e se sim, como o fazem. Múltiplos surveys e pesquisas são conduzidos fazendo questionamento a indivíduos sobre suas posições políticas, conhecimento sobre as instituições, avaliação de agentes, entre outros; respostas aos pontos mencionados são interpretadas como sinais de estabilidade democrática.

Para Pzeworski et al. (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003) permanece aberta a questão de se saber se essas respostas predizem de fato se a democracia sobreviverá ou não. Em “Democracia e cultura: uma visão não culturalista” é questionada a necessidade de uma cultura democrática para ancorar o surgimento e manutenção do regime democrático. Os autores argumentam que fatores econômicos e institucionais são suficientes para criação de uma explicação convincente sobre a manutenção das democracias sem que haja necessidade de recorrer a explicações culturalistas. Isso porque apesar das boas razões já discutidas na literatura para que as culturas importem, o material empírico dispõe de pouco suporte para a concepção que a cultura democrática seja necessária à democracia. Assim, é argumentado que se é esperado as explicações culturalistas sejam provadas corretas, elas devem diferir e se especificar, caso contrário nunca se poderá provar que a cultura não importa para a democracia.

Destarte, cabe destacar que o presente trabalho não tem como objetivo contribuir na discussão sobre o impacto da cultura política na manutenção do sistema democrático¹; o foco se faz entender a cultura política brasileira e como ela é afetada

¹ Existiriam três graus em que as explicações podem se apoiar em cultura. Primeiramente, uma abordagem culturalista forte defende que algumas culturas não são compatíveis com o regime

por acontecimentos políticos e econômicos. Em outras palavras, o sentido dessa análise tem direção contrária à discussão exposta anteriormente: busca compreender como os resultados democráticos e economia afetam a opinião pública brasileira.

Przeworski et. al (2003), apesar de defender que fatores econômicos e institucionais são suficientes para criação de uma explicação convincente sobre a manutenção das democracias sem que haja necessidade de recorrer a explicações culturalistas, discorre sobre quais aspectos culturais são estudados por poder importar para o funcionamento do regime. Entre eles estão a aceitação dos resultados do jogo democrático, valores e características que fornecem apoio ao sistema democrático (a tolerância política entre eles), e, por fim, o acordo da população em certos valores básicos.

Cabe explicitar aqui dois desses aspectos: apoio a democracia e tolerância política. O primeiro é relevante porque quer dizer que as pessoas valorizam a democracia em si mesma, mesmo que os resultados que ela possa gerar sejam discrepantes com sua opinião pessoal. Entre as razões para querer e defender o regime democrático estão o fato de ser fundado sobre um princípio de igualdade política ou pela capacidade de proporcionar liberdade. Assim, acredita-se que seja o melhor, ou o menos ruim, sistema de governo entre as alternativas.

Quanto à tolerância política, é elemento relevante na medida que faz parte do grupo de valores que permite o jogo pacífico pelo poder. O indivíduo tolerante respeita os resultados do jogo mesmo que sejam diferentes do que queria; confiando que o governo não vai ser desleal mesmo quando está ocupado por seus adversários, esperando sua vez de ter o poder. Em uma sociedade tolerante, as pessoas respeitam a validade de ideias e interesses opostos aos seus e que pessoas diferentes devam ter direitos.

Um dos estudos sobre o apoio a democracia foi realizado por Magalhães (2014), que usou modelos multivariados e dados de surveys em mais de 80 países com intuito de estudar esse fenômeno. A variável explicativa utilizada foi a efetividade do governo, que seria o mais forte preditor de apoio democrático. Para Magalhães, a medida de efetividade captura percepções sobre a qualidade dos serviços públicos,

democrático. Já uma abordagem culturalista fraca indica que é preciso uma cultura democrática para o nascimento e mantimento da democracia, mas a compatibilidade ou falta dela entre essa cultura e as tradições de uma sociedade específica é controversa, porque as tradições são maleáveis, sujeitas a modificação contínua. Por último, existem as concepções não culturalistas, em que cultura não importa para surgimento e manutenção do regime democrático (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003)

sobre a formulação e implementação de políticas públicas e a credibilidade do comprometimento do governo com essas políticas. Para operacionalizar essa variável, foi construído um índice a partir de 15 bases de dados que aferiram questões sobre a qualidade da burocracia, o fornecimento de bens públicos básicos, a estabilidade e implementação de políticas e a qualidade da gestão orçamentária e financeira.

Dessa forma, em regimes democráticos uma maior efetividade produziria maior apoio difuso à democracia, e o contrário aconteceria em regimes autoritários, ou seja, uma maior efetividade produziria menos apoio à democracia. Foram controladas as variáveis desenvolvimento econômico, tempo de democracia e desigualdade, e a nível individual, as variáveis mulher, educação, renda, idade, solteiro, filhos, confiança interpessoal e confiança no governo também foram controladas.

No estudo de Magalhães (2014), homens, pessoas com maior nível educacional, renda e confiança interpessoal tendem a apoiar mais a democracia. A primeira hipótese não foi comprovada em medida que democracias mais efetivas não produzem maior apoio explícito a democracia, além disso, pessoas vivendo em democracias mais eficientes não parecem mais propensas a mostrar maior apoio democrático que aquelas que vivem em democracias com profundas falhas de efetividade. Todavia, se comprova em decorrência que o aumento da efetividade democrática aumenta substancialmente a rejeição a alternativa autoritária. Em regimes não democráticos, o resultado sugere que a efetividade pode diminuir o apoio a democracia.

No Brasil, o apoio a democracia tem sido testado com expansão dos estudos nacionais sobre atitudes e comportamento eleitoral, favorecidos pela consolidação, nos últimos anos, de redes de pesquisa e a análise de dados de questionários de dois grandes empreendimentos, Estudos Eleitorais brasileiro (ESEB) e do Latin American Public Opinion Project (LAPOP). A revisão da literatura presente visa expor o cenário da cultura política brasileira abordando as investigações mais recentes sobre o tema, buscando assim entender as particularidades da cultura nacional.

Em linha de raciocínio semelhante a Magalhães (2014), Moisés e Carneiro (2008) examinaram as bases individuais da relação entre a desconfiança dos cidadãos nas instituições públicas e insatisfação com o desempenho da democracia e apoio ao regime no Brasil, estudando o tipo de democracia preferido pelos entrevistados. Os dados utilizados foram extraídos da base do Consórcio

Latinobarômetro entre 1995 e 2002, e analisados usando como variáveis dependentes a medida de desconfiança política nas instituições públicas selecionadas (Poder Judiciário, Polícia, Congresso Nacional e Partidos Políticos) e satisfação com a democracia. As variáveis independentes foram a percepção de desempenho governamental (percepção de renda pessoal, desemprego pessoal situação geral do país), experiência institucional (percepções sobre a evolução da delinquência, a proteção das leis trabalhistas e o problema de corrupção) e variáveis de cultura cívica. Essas últimas constaram em orgulho da nacionalidade, confiança interpessoal, interesse por política percepção sobre os compatriotas, atenção a informação política na TV, catolicismo, posicionamento ideológico, escolaridade e idade. Os resultados apontam que o apoio a democracia no Brasil diminuiu com o aumento da desconfiança dos cidadãos em instituições públicas e a diminuição com a satisfação com o regime. As atitudes de desconfiança e insatisfação com a democracia aumentam a chance de os entrevistados escolherem desenhos institucionais que excluem os partidos políticos e o Congresso Nacional. Assim, os resultados sugerem que a atitude dos cidadãos em relação a política democrática depende do impacto do funcionamento das instituições e governos, em contrapartida, quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas por direitos ou generalização de práticas de corrupção e fraude, instala-se uma atmosfera de suspeição e descrédito, acarretando em distanciamento dos cidadãos da política e instituições democráticas. Para o autor, a democracia no Brasil convive com dois sintomas negativos a respeito de seu funcionamento: a atitude de desconfiança e insatisfação se associa à indiferença diante das alternativas ao regime político e, em menor incidência, à preferência pelo autoritarismo. Entrevistados preferiram alternativas anti-institucionais que atribuiriam pouca ou nenhuma importância aos partidos políticos e parlamento. Para os autores, é como se os entrevistados confirmassem que aspectos tradicionais na política latino-americana, como o populismo, continuam presentes; se atribuiu pouco valor à mediação das instituições.

Como foi visto, segundo a literatura ligada a teoria da modernização, o desenvolvimento socioeconômico daria vez a uma mudança cultural (INGLEHART; WELZEL, 2009). A considerar essa teoria, Ribeiro (2008) averiguou a existência de associação entre priorização de metas pós-materialistas e ocorrência de valores e atitudes favoráveis à instauração ou aprofundamento de regimes democráticos

utilizando o caso brasileiro, que se distingue das nações pós-industriais para as quais a teoria do desenvolvimento humano foi originalmente formulada.

Por meio de uma análise dos dados do projeto World Values Survey (WVS), verificou-se que indivíduos pós-materialistas no cenário nacional também tendem a manifestar valores mais democráticos. Um ponto de divergência teórica em relação a Inglehart e Welzel é ressaltado pelo autor:

Contribuindo significativamente para o debate sobre a relevância de fatores subjetivos para o funcionamento de sistemas políticos, através do emprego de uma série de indicadores que servem de medidas de democracia para mais de cinquenta sociedades, incluindo o Brasil, esses autores [Inglehart e Welzel] sustentam a tese de que os valores no nível individual estão fortemente conectados às instituições democráticas. Identificar essa ligação, entretanto, é apenas parte do problema quando se trata de analisar o relacionamento entre cultura e instituições. Apesar de acreditarmos que a posição mais prudente e plausível sobre o tema seja considerar a existência de uma mútua determinação dos componentes culturais e institucionais nos processos de democratização, a polêmica acerca desse assunto continua (RIBEIRO, 2008, p. 105).

Destarte, Ribeiro chama a atenção para os resultados da coleta de dados realizada no Brasil no ano de 1997, os quais a taxa de concordância (em parte ou totalmente) com a afirmação “a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”, que se colocou na época em 83%. Esse dado foi comparado com outras nações, assim foi possível aferir que o país acompanhou as tendências globais acerca do apoio ao regime.

O autor menciona também o Instituto Latinobarômetro, que desde 2002 realiza o acompanhamento dessa variável, e indicou uma tendência de elevação nos níveis de adesão normativa na América Latina. Apesar disso, outro achado significativo foi a verificação que 60% dos entrevistados brasileiros, ainda segundo os dados do WVS, consideram boa ou ótima a situação em que um líder forte ocupa o centro do poder sem preocupar-se com o congresso. Isso denota que a adesão abstrata ao ideal democrático no Brasil não é acompanhada de rejeição da alternativa autoritária, o que pode ser alarmante principalmente quando há no país um contexto de crise econômica e/ou política.

Ainda a relacionar a teoria da modernização ao contexto da América Latina, Ribeiro e Borba (2010) examinaram a associação entre os valores pós-materialistas e uma postura participativa, a qual é proposta pelos defensores da teoria do desenvolvimento humano. A investigação a nível individual e de grupo de quatro países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile e Peru) objetivou aferir se as

mudanças valorativas e as orientações subjetivas seriam acompanhadas de uma postura crítica a respeito do funcionamento das instituições políticas e mecanismos tradicionais de participação. Os resultados obtidos apontaram que nessas populações a participação tem mais influência de variáveis ligadas à centralidade social dos cidadãos que de mudanças nas prioridades valorativas. Assim, foi concluído que a transposição do modelo explicativo de Inglehart para países latino-americanos é problemática, devendo ser considerada de maneira crítica.

Por conta do histórico recente ditaduras, a política brasileira diverge de países desenvolvidos e com regimes democráticos vigentes a longo prazo, assim apresenta especificidades relevantes que devem ser consideradas em estudos nacionais. Entre os principais trabalhos sobre as orientações dos cidadãos brasileiros a respeito da democracia, Moisés coloca o processo de transição do regime autoritário para o democrático como gradual, e não brusco ou definitivo, o que torna pertinente questionar a adesão dos brasileiros ao regime democrático como um ideal e também como sistema prático, a fim de verificar a sobrevivência de atitudes autoritárias que possam comprometer a aceitação da democracia (MOISÉS, 2010).

Para o Moisés, a preferência de parte dos brasileiros por soluções à margem da lei e da democracia para a resolução de problemas sociais está associada com o descrédito em elementos constituintes do sistema democrático, como partidos políticos e parlamento. Também aponta a incongruência entre a adesão normativa ao regime e o julgamento da democracy-in-action, indicando que o desempenho dos governos e das instituições não estão assegurando que as expectativas dos cidadãos sejam atendidas. O caso brasileiro apresenta cultura política ambivalente, herdada de longos períodos de governança autoritária; por isso, a importância de diferenciar o avanço de discursos autoritários nas jovens democracias.

Outro analista que atribui relevância ao legado autoritário é Baquero (2001). O autor sustenta que a maneira como a democracia funcionou historicamente no Brasil possibilita a institucionalização de formas antidemocráticas de governar e de solucionar problemas, o que acarreta em erosão dos princípios democráticos. Por mais que isso não signifique necessariamente uma ruptura com sistema democrático, esse acúmulo de experiências constitui uma memória coletiva difícil de ser alterada. Outro fator de peso seria o uso privado das instituições públicas, em que os poderes e interesses econômicos utilizam os poderes políticos e instituições democráticas para exercer com legitimidade sua dominação e regime de enriquecimento. Soma-se a

isso a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como o legado autoritário, e o resultado é a obstrução da construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país.

A seguir a linha de determinantes contextuais, outro fator investigado quanto sua relação com o apoio ao regime democrático foi a corrupção. Meneguello (2011) investigou o impacto da percepção da corrupção no Brasil nas orientações dos cidadãos em relação ao sistema democrático. A partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2006, a autora estudou essa relação, considerando que a campanha presidencial daquele ano foi orientada em boa parte por escândalos de corrupção e que as denúncias de envolvimento do governo não foram capazes de produzir sua derrota, uma vez que houve a reeleição do ex-presidente Lula.

O estudo apontou, como esperado, que a adesão normativa à democracia é um fenômeno majoritário, porém convive ao mesmo tempo com um julgamento severo sobre seu funcionamento. As evidências indicam que os brasileiros percebem o fenômeno da corrupção como nocivo ao funcionamento do sistema e fazem juízo sobre isso, porém essa percepção tem limites de influência. O conjunto de dimensões analisadas contou com os temas os direitos humanos, a economia e a corrupção e tráfico de influência; os entrevistados deveriam avaliar se esses temas se encontravam em melhor, igual, ou pior situação em comparação ao período final da ditadura em 1985 e ao governo FHC (1995-2002).

Todas as dimensões exceto a corrupção foram percebidas por maior parte das pessoas como “melhor” durante o governo Lula; a corrupção foi percebida como “pior” em seu governo por 47,4% dos entrevistados. Assim, a principal dimensão para o eleitor se posicionar frente ao sistema foi a que acolhe a percepção do governo do momento e seu desempenho quanto a economia e aos direitos humanos. Os autores destacaram a localização da corrupção como fator que menos influencia a percepção dos indivíduos sobre o posicionamento do regime democrático no país, chamando atenção para a “independência” das percepções sobre o problema no período abordado. Assim, existe uma distância entre a ideia de democracia e as noções de transparência; o juízo normativo sobre a corrupção não afeta de forma significativa o comportamento político mais imediato do eleitor nem a avaliação e o apoio ao sistema político.

Já entre os estudos que utilizam determinantes individuais como explicação ao apoio democrático, Fuks e Casalecchi (2018) investigaram o efeito do

conhecimento político sobre a adesão aos diferentes princípios democráticos usando dados do Barômetro das Américas de 2008, analisados por meio de regressão logística. A medida de conhecimento factual foi obtida através de perguntas como qual o nome do presidente e quanto tempo dura seu mandato, e as atitudes democráticas foram medidas por meio de questões sobre a preferência pela democracia em comparação a qualquer outra forma de governo ou a predileção por regimes autoritários dependendo das circunstâncias.

Os resultados apontaram que o conhecimento político tem efeito positivo sobre atitudes democráticas, mesmo quando outras variáveis se mantêm constantes (como socialização escolar e do interesse por política). Além disso, esse conhecimento aumentou as chances que indivíduos apoiem não só a democracia como também seus princípios subjacentes, como eleições livres e competitivas, a participação por meios não convencionais, a independência dos poderes, a defesa do Estado de Direito e a tolerância política, medida no trabalho com base em uma pergunta aprovação ou desaprovação que homossexuais possam candidatar-se para cargos públicos.

Os mesmos autores (FUKS; CASALECHI, 2017) examinaram o impacto da educação como fator preditor de apoio a democracia em 18 democracias latino-americanas, mediante dados do LAPOP extraídos em 2010. A hipótese consiste na influência, a partir de ganhos cognitivos, dos anos de estudo no apoio a democracia, de forma a aumentá-lo. Contudo, processos de socialização poderiam maximizar ou minimizar esses efeitos. Os autores construíram um índice para retratar os anos de regime democrático em cada país e utilizaram a afirmação dos entrevistados de preferir a democracia a qualquer forma de governo para classificar o apoio a democracia. Os resultados mostraram que a variável educação tem um grande e significativo impacto no apoio democrático, uma vez cada ano de estudo formal aumentou as chances dessa atitude. O efeito da educação foi consistente mesmo quando controlados as variáveis “interesse político” e “conhecimento político”, o que reforça a interpretação que não é apenas o conhecimento que leva ao compromisso democrático, mas também o processo de educação que ocorre nas escolas; a educação importa independentemente da aquisição de informação política. Além disso, o legado democrático não somente explicou o compromisso democrático como afetou o impacto da educação no mesmo, uma vez que em todos os países com legado democrático alto o aumento nos anos de estudo formal acarretou em aumento

da probabilidade de apoio à democracia. O impacto da variável educação em países com maior legado democrático é potencializado, inclusive quando controlado o produto interno bruto (PIB) per capita. Por fim, é discutido o impacto desses achados para o debate sobre a legitimidade política e democrática na América Latina. Por fim, o artigo reforçou que em países onde instituições democráticas são duráveis e funcionam devidamente, atitudes democráticas, particularmente o apoio democrático, são mais difundidas; o efeito da educação é ligado a um amplo contexto político e social.

Entre as obras recentes que avançam no entendimento da natureza problemática da adesão à democracia no Brasil está o artigo de Fuks, Casalecchi, Gonçalves e David (2016). O trabalho trata a adesão à democracia a partir de uma visão multidimensional, com objetivo de testar o quão democráticos são os democratas brasileiros. Os autores mediram a adesão à democracia por meio do apoio aos valores próprios do regime, além da declaração de preferência por ele; os resultados mostraram que os brasileiros que dizem aderir a democracia não manifestam a mesma intensidade de adesão às suas dimensões principais. Os aspectos voto e participação política contaram com forte apoio, enquanto os procedimentos de escolha e representação política se mostraram com adesão mais frágil. Concluiu-se que mesmo os democratas, o público que supostamente teria atitudes mais democráticas, não manifestam apoio às diversas dimensões democráticas de forma consensual. Todavia, os democratas brasileiros apresentaram atitudes mais democráticas que democratas de outros países latino-americanos, com níveis próximos aos do norte-americanos.

O estudo da democracia brasileira passa por discussões acerca de fatores notados internacionalmente, porém outro autor também coloca a necessidade de considerar o caso brasileiro como diferente por seu histórico. Uma discussão recente na literatura política constou dos possíveis efeitos de um desalinhamento dos regimes democráticos. Em resposta, os achados de Gimenes (2017) chamam atenção para um afastamento do eleitorado com relação aos partidos. Porém, são escassos e pouco conclusivos os estudos em democracias em processo de consolidação, como boa parte dos países da América Latina. Dessa forma, o autor afirma que modelos teóricos desenvolvidos no âmbito das democracias consolidadas como Estados Unidos e países da Europa Ocidental não devem ser imediatamente transpostos ao contexto dos países que são novos ao regime. Gimenes também apontou que a baixa adesão

aos partidos se justifica ao menos parcialmente com a maior proporção do novo tipo de eleitor, os apartidários cognitivos, que são os eleitores que não expressam partidarismo e possuem maior mobilização cognitiva, aos quais julga como um perfil de cidadão que contribui à democracia.

Fuks, casalecchi e Ribeiro (2019) investigaram se os indivíduos que se declaram democratas na América Latina são de fato coesos em suas crenças no sistema democrático, utilizando como fonte de dados o Barômetro das Américas aplicado em 2010. Os autores identificaram e operacionalizaram os princípios centrais da democracia; eleições livres e competitivas, participação política, separação e independência dos poderes, estado de direito e tolerância política. A partir disso, consideram coesos os democratas que respondem as perguntas selecionadas no questionário de acordo com sua concordância e apoio a esses princípios. Além dos democratas coesos, foram divididos os grupos de autoritários coesos (pessoas que respondem de modo a discordar de todos os princípios democráticos mencionados) e os democratas não coesos (os que aderem a um ou mais princípios, mas não todos).

A tolerância política foi medida pela pergunta sobre a concordância ao direito de votar das pessoas que falam mal da forma de governo. Os resultados apontaram que 78,5% dos latino-americanos afirmam que a democracia é preferível a qualquer forma de governo, todavia, o apoio aos princípios democráticos se deu de forma desigual; alguns com grande aprovação, como apoio a eleições livres e competitivas e separação dos poderes, e outros com baixo apoio, como o estado de direito, a participação em manifestações pacíficas e a tolerância política. Menos 1% da população latino-americana é formada de autoritários coesos, porém os democratas coesos também estão em pequeno número (12,8%). Os democratas não coesos formaram 86,6% da população, distribuídos em 6% de pessoas que apoiam somente uma dimensão democrática, 21,8% que apoiam duas, 33,9% aderiram a três e os 24,8% restantes aderiram a quatro dimensões.

Os autores, por fim, testaram a hipótese que o contexto de cada país é relevante para a explicação da coesão das atitudes democráticas, com objetivo de entender a diferença entre democratas coesos e não coesos. Os resultados quanto à diferença nos atributos individuais apontaram a interferência das variáveis anos de estudo e interesse por política, de forma que quanto maior a pontuação dessas variáveis, maior a chance de o indivíduo ser um democrata coeso. Essa chance também aumenta conforme o pertencimento de um indivíduo às faixas etárias mais

velhas observadas na pesquisa, contrariando a ideia que os mais jovens seriam mais propensos a desenvolver atitudes democráticas. Quanto as variáveis contextuais, mostraram efeito significativo o desempenho econômico (PIB) e os anos ininterruptos de democracia desde a última transição política. Assim, foi apontado que as democracias, ao adquirirem prosperidade e estabilidade, aumentam as chances de formar cidadãos com atitudes coerentemente democráticas, e o contrário também procede.

Em outro estudo realizado observando a América Latina como recorte espacial, Carrillo (2019) trabalhou a indiferença à democracia e argumentou que essa é uma manifestação específica do distanciamento ao regime. A pesquisa usou dados do Latinobarômetro de 18 países entre 2013 e 2017, com objetivo de entender a variação na opinião que tanto faz viver em um regime democrático ou autoritário. Primeiramente, foi realizada uma análise longitudinal com a descrição dos dados disponíveis. A evidência mostrou que mesmo que a democracia ainda seja a preferência majoritária na região, se trata de uma maioria pouco robusta, enquanto um segmento da população é indiferente e outro, menor, prefere a alternativa autoritária. Houve aumento significativo da parcela da população que se mostra indiferente nos anos analisados, que chegou a 25,1% em 2017.

Chamou a atenção o fato que indivíduos que não mostram adesão a democracia não necessariamente o fazem em favor de um regime autoritário, são indiferentes as opções. A hipótese básica do estudo se faz que a satisfação com o desempenho do sistema político aumenta a probabilidade que uma pessoa declare a preferência pela democracia como forma de governo, assim a insatisfação funcionaria de maneira contrária, aumentando as chances de uma pessoa preferir o autoritarismo. A satisfação ou insatisfação não causaria interferência na indiferença. A preferência por um dos tipos de regime ou indiferença foi analisada utilizando variáveis explicativas individuais e contextuais. Os resultados comprovaram a primeira hipótese acerca da maior satisfação gerar maior adesão democrática, porém não permitem confirmar que os mais insatisfeitos com o sistema político preferem as vias autoritárias

Ao contrário que se esperava, a insatisfação com o sistema aumenta a probabilidade do indivíduo se mostrar indiferente quanto à democracia. A análise indicou que é mais provável que pessoas que se declaram indiferentes confiem menos nos outros, sejam mulheres ou jovens e tenham um baixo nível educacional. Além disso, em comparação com as pessoas que admitem preferir a democracia, a

probabilidade de preferir autoritarismo cresce quando o indivíduo se reconhece como de centro ou de direita, desaprova o presidente, é mulher, jovem, com baixos níveis educativos e baixo nível de bem-estar doméstico. Finalmente, o trabalho argumentou que, para um número considerável de pessoas, a democracia é um referencial abstrato que dificilmente motiva apego político.

Finalmente, em um estudo que abordou insatisfação com a democracia e surgimento de grupos radicais, Telles (TELLES, 2018) discorreu sobre a ascensão de uma extrema direita, sintoma de um “mal-estar” democrático, relacionada a crise de confiança na democracia representativa. Características desses grupos são discursos populistas antissistema e os históricos argumentos utilizados na construção de regimes autoritários: o binômio “lei e ordem” e o apreço por “segurança”, conceitos que servem para justificar ascensão de grupos policiais ou militares para realizar ações contra os “criminosos”. Os partidos radicais seriam efeito da revolução pós-materialista, de forma que a adoção dos temas pós-materialistas pelos partidos haveria levado a impactos neoconservadores no aspecto político-cultural e econômico: eis o retorno dos valores tradicionais como família, ordem, Estado Forte, crítica ao Estado de Bem-Estar Social e “direitização” dos partidos conservadores. A malaise que começou na Europa e chegou às Américas com Trump, encontrou no Brasil a forma do bolsonarismo, que possui os elementos da direita radical. A autora questionou a capacidade das instituições e lideranças brasileiras, fragilizadas em período de crise institucional, insatisfação com a democracia e caos social, de reduzir o peso da expressão institucional dessa nova força.

Foram analisados nessa seção trabalhos que buscaram compreender a adesão à democracia, utilizando determinantes contextuais, como efetividade do governo, desconfiança dos cidadãos nas instituições públicas e corrupção, e determinantes individuais, como metas pós-materialistas, conhecimento, anos de educação formal e satisfação com o funcionamento do sistema político. Além disso, mencionou estudos que testaram a adesão aos valores democráticos entre pessoas que afirmam preferir a democracia como forma de governo.

Não obstante os grandes avanços da literatura nacional para explicar variáveis atitudinais e comportamentais em relação à adesão aos valores democráticos, salvo melhor juízo, ainda não foi realizado um trabalho acerca dos condicionantes do apoio ao golpe entre os brasileiros testando a percepção individual

da economia como variável explicativa; assim, o presente estudo se propõe a suprir essa lacuna.

2.3 Tolerância política

Dahl et. al (1997) colocou em pauta a democratização, formulando a clássica identificação dela através dos eixos participação e contestação pública, que apresentam critérios claros e objetivos para classificar regimes políticos e perceber a proximidade deles com o ideal democrático. Assim, o processo de democratização ocorreria através das duas dimensões teóricas: contestação pública e participação. A primeira corresponde ao direito de exercer oposição ao governo e a segunda ao de participar, com a ressalva que a participação perde muito seu significado sem a opção de contestar. Os autores trabalharam com o termo poliarquias para os sistemas mundiais reais que foram relativamente democratizados, ou seja, amplamente inclusivos e abertos à contestação pública.

A obra abordou a questão da tolerância praticada pelo governo em relação à oposição, afirmando que qualquer político prefere reprimir a tolerar seus adversários, o que define qual caminho ele seguirá é o cálculo dos custos e benefícios de repressão em comparação aos custos e benefícios da tolerância. A tendência é que quanto maior o conflito entre o governo e oposição, mais difícil será a tolerância de um com o outro. Assim, a probabilidade que o regime seja competitivo aumenta quanto mais os custos de supressão excederem os de tolerância.

Destacou, por fim, que o aumento da contestação pública e da participação tem importantes e desejáveis consequências. Entre elas, estão primeiramente as liberdades liberais clássicas incluídas na definição de contestação pública e de participação (oportunidade de exercer oposição ao governo, manifestar-se sobre questões políticas sem temer retaliações do governo, formar organizações públicas, voto secreto, acesso a opiniões alternativas, etc.). Em segundo lugar, a mudança na composição da liderança política decorrente da inclusão de novos setores sociais na dimensão da participação política, que torna os parlamentos estatisticamente mais representativos. Um terceiro benefício é a adaptação do perfil dos candidatos para que sejam mais próximos do eleitor e adaptação da retórica, política, programa e ideologia desses candidatos para coincidir com o que se entende por interesses do

eleitorado. Com isso, os autores afirmam a desejabilidade de sistemas cada vez mais democráticos, porém indicando que a obra não supõe que o caminho para a poliarquia é historicamente inevitável.

O prestigiado trabalho de Dahl é relevante para a discussão uma vez que apresenta a relação entre democracia e participação pública, expondo também suas concepções sobre a tolerância governamental à sua oposição política. Cabe adicionar que a participação pública e a contestação só são efetivas em um ambiente de tolerância a elas. Em uma sociedade intolerante, indivíduos não conseguem expressar suas opiniões e ideais publicamente de forma igualitária, sem sofrer retaliações.

Da mesma forma, em uma sociedade intolerante não poderia haver *accountability* vertical, que é definida por O'Donnell (1998) como um conjunto de ações individuais ou coletivas organizadas com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, sendo eleitos ou não. O conceito é composto de eleições razoavelmente justas e livres (O'DONNELL, 1998) (pelas quais é possível punir ou premiar um mandatário reelegendo-o ou votando em sua oposição para o mandato seguinte), acesso a variadas fontes de informação, e por fim, liberdade de expressão e associação para todos. A mídia existente deve ser razoavelmente livre e cobrir ao menos os principais protestos e reivindicações, bem como denúncias de atos de autoridades públicas².

A literatura sobre tolerância política coloca seu lugar ao regime democrático na medida que faz parte do grupo de valores que permite o jogo pacífico pelo poder. O indivíduo tolerante respeita os resultados do jogo mesmo que sejam diferentes do que queria; confiando que o governo não vai ser desleal mesmo quando está ocupado por seus adversários, esperando sua vez de ter o poder. As pessoas respeitam a

² O'Donnell explica que as poliarquias são sínteses complexas de três tradições políticas históricas: democracia, liberalismo e republicanismo. A existência da *accountability* vertical faz com que países possam ser considerados democráticos, porém a fragilidade da *accountability* horizontal significa que os componentes liberais e republicanos das novas poliarquias estão enfraquecidos. A *accountability* horizontal consta da existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações desde supervisão de rotina a sanções legais até *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas (O'DONNELL, 1998, p.40). O trabalho possibilita distinguir países que podem ser classificados como poliarquias dos que não o são e verificar as diferenças entre as poliarquias existentes e por que diferem. As variações são tecidas historicamente e se dão por conta do peso atribuído a cada uma das correntes democrática, liberal e republicana, cada uma enfatizando valores diferentes, e também pelo sistema legal, uma das dimensões constitutivas do Estado, que produz e sustenta as leis.

validade de ideias e interesses opostos aos seus e que pessoas diferentes devam ter direitos (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003).

O tema é abordado na obra recente “Como as Democracias Morrem” no que concerne a tolerância mútua entre os partidos. Tolerar o partido rival significa que, enquanto seus jogadores jogarem pelas regras institucionais, deve-se aceitar seu direito de existir, assim como competir pelo poder e eventualmente, governar. Dessa forma, se aceita os rivais políticos como legítimos, cidadãos decentes e patrióticos, e por mais que se considere as ideias opostas como incorretas, elas não são vistas como ameaça existencial. Ou seja, os partidos “concordam em discordar”(LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Os autores relatam que em um cenário onde as normas de tolerância mútua são frágeis os adversários são encarados como ameaça perigosa, e assim muito se tem a temer caso o partido rival seja eleito; podem ser considerados todos os meios necessários para evitar que esse mal ocorra. Assim, a democracia é posta em risco pela utilização de medidas autoritárias para neutralizar a ameaça, políticos considerados subversivos ou criminosos podem ser presos e governos podem ser derrubados. A ideia de que os partidos políticos que se opõe não precisam ser inimigos pode parecer uma ideia óbvia, porem convém manter em mente que durante a maior parte da história a oposição ao grupo no poder era considerada traição. A tolerância mútua passa a existir com o amadurecimento de certas democracias e não é inerente a todas elas.

Diferentemente da obra citada, a tolerância abordada nesse trabalho é a demonstrada pelos eleitores, tendo como alvo os partidos ou filiados a eles e grupos de minorias. É possível compreender que os conceitos de tolerância política, participação pública e liberdade de expressão estão correlacionados, e por isso a importância da tolerância política como um valor democrático. Uma vez que a democracia é a forma de governo que combina participação política e contestação pública, cabe inferir que sem divergência de posições políticas e tolerância a essa divergência o regime perde suas dimensões principais. Principalmente em períodos de polarização política, a tolerância se faz necessária para garantir que as pessoas consigam manifestar suas posições sem que isso gere retaliações do governo ou de grupos dentro da sociedade com posições ideológicas contrárias. Do ponto de vista institucional, se um grupo intolerante chega ao poder e detém os meios de controle do Estado, será possível tomar atitudes dentro do aparato estatal com intuito

repressão e controle social contra os grupos discriminados. A relevância de empreender uma investigação sobre a tolerância no regime democrático se dá especialmente no momento atual do país, que passa por crise econômica e política, e por isso os conflitos políticos atingiram às ruas de maneira excepcional. A maior ilustração disso foi o muro dividindo manifestantes contra e pró-impeachment em Brasília, em 2016³.

Antes de pontuar os avanços recentes de investigações sobre tolerância política, convém primeiramente discorrer sobre o que se entende a respeito dela. Para Scanlon (2009), a tolerância é uma atitude completa, situada entre a aceitação absoluta e a oposição imoderada, que requer que se aceite as pessoas e dê consentimento as suas práticas, mesmo quando se desaprova-as fortemente. A tolerância a alguém não requer que se abandone a discordância, apenas impõe limites a forma como tratar o conflito. A tolerância requer, primeiramente, um respaldo legal e político: que não sejam negados direitos civis e políticos a grupos discriminados, como direito a voto, a ocupação de cargos públicos, de se beneficiar de bens públicos abertos a todos, como educação e segurança pública, acesso a tratamento médico, garantias jurídicas e acesso a programas sociais. Segundo a obra, o Estado não deve privilegiar um grupo em detrimento de outros. Essa foi descrita como a parte “formal” da tolerância, restando a informal, com aspectos mais atitudinais e menos institucionais.

O ideal de igualdade envolvido na tolerância vai além da posse de direitos civis e políticos fundamentais, e foi colocado como “todos os membros da sociedade tem direito igual a serem levados em consideração na definição do que seja nossa sociedade e direito igual a participarem na determinação daquilo que ela virá a ser no futuro” (SCANLON, 2009, p. 4). Essa ideia é vaga e se torna difícil de aceitar na medida em que os diferentes grupos poderiam tornar a sociedade em algo contrário ao que se é desejável sob determinado ponto de vista. Assim, os requisitos da tolerância vão além da política formal na direção do que o autor chama de política informal.

Essa democracia é uma questão de direito e de instituições (uma questão, por exemplo, de regulação da expressão). Mas é também, de forma relevante e irredutível, uma questão de atitude. Esse último tipo de tolerância não é de

³ No dia 17 de abril 2016, manifestantes foram à Esplanada dos Ministérios acompanhar a votação do *impeachment* da então presidenta Dilma Rouseff. Um muro foi erguido separar os manifestantes pró e contra o pedido de impeachment, que ficaram divididos por duas cercas e a polícia entre elas. A decisão foi tomada levando em consideração o grande o risco de conflito. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/04/muro-entre-manifestantes-na-votacao-do-impeachment-gera-polemica.html> . Acessado em 07/2/20.

fácil aceitação — ela envolve riscos e receios — e não é de fácil realização, mesmo em nossas próprias atitudes, quando mais na sociedade como um todo (SCANLON, 2009, p. 5).

A restrição da expressão é recorrentemente usada motivada pelo desejo de se evitar que grupos dos quais se discorda influenciem de modo a promover mudança social. A motivação não diz respeito somente a censura, mas um tipo de regulação que visa “promover a moral”. Scanlon cita exemplos como a regulamentação de relações sexuais entre adultos com objetivo de impedir a disseminação de certas formas de comportamento.

Para Scanlon, preocupações envolvendo a deterioração da sociedade não é algo que todos possam evitar, porém o que é objetável é a “imposição legal da moral” como tentativa de restringir a vida particular dos indivíduos a fim de evitar a mudança nos costumes. Como exemplo, o autor afirma que moralismo legal é um modo de intolerância quando se vale do direito penal com finalidade de negar que os homossexuais sejam participantes legítimos da política informal da sociedade.

Indivíduos intolerantes são descritos, assim, como pessoas que reivindicam uma posição especial para seus próprios valores e forma de vida, sem perceber aqueles que vivem de forma diferente como membros plenos de sua sociedade, por isso reivindicam o direito de suprimi-los. Em contrapartida, a tolerância é o reconhecimento de uma filiação comum mais profunda que esses conflitos e do direito alheio a contribuir para a definição da sociedade na qual se insere, e sem isso, se tem não concidadãos, mas grupos rivais disputando sobre o mesmo território. O argumento em prol da tolerância delineado foi baseado na ideia de sociedade e na relação de concidadania como algo a se valorizar.

A defesa da tolerância não nega a ninguém um lugar legítimo na sociedade. A forma do reconhecimento dos outros como detentores de direito igual a contribuir para a política formal e informal pode ser melhor definida por meio dos direitos de discursar e de ter sua forma de vida reconhecida por meio de formas específicas de apoio oficial. Acrescenta-se a isso a especificação que nenhum indivíduo ou grupo pode requerer a proibição do comportamento alheio simplesmente por desaprová-lo. A obra não traz uma ideia de tolerância como um sistema particular de direitos e limites por julgar que existem vários sistemas aceitáveis, nenhum deles é ideal. O espírito de tolerância é descrito como espírito de conciliação, com objetivo de encontrar um sistema de direitos cuja aceitação por todos os concidadãos possa ser exigida.

Quanto à questão da política, há pouco incentivo para se propor a questão da conciliação. Uma vez que as fronteiras da tolerância são indeterminadas, a acusação de intolerância é uma poderosa estratégia política, uma vez que a contestação às regras de tolerância aceitas é um modo eficiente de se mobilizar apoio dentro dos grupos afetados. Um exemplo disso é o debate sobre regulamentação de discursos de ódio: por mais que não signifiquem necessariamente a proteção dos grupos atingidos, sua proposição em si, por contestar princípios de livre expressão, é uma forma eficaz de fazer conhecidos os temas discutidos (como racismo ou sexismo), por mais que isso também signifique que os adversários a essa regulamentação a utilizem como arma e contestem o “politicamente correto”. Por fim, o autor não objetivou trazer a solução aos problemas relacionados a tolerância, uma vez que argumenta que a natureza da tolerância torna os mesmos inevitáveis. Porém, é necessário procurar evitar, o quanto possível, medidas hostis ao sistema de tolerância.

Inglehart (INGLEHART, 1994) abordou o fenômeno da tolerância argumentando que sociedades influenciadas por valores de segurança tendem a ser marcadamente mais tolerantes que as caracterizadas por valores de escassez. Utilizando dados do World Values Survey 1990-1991, levantados em 40 países diferentes, obteve resultados que apontaram que essas sociedades dão importância a tolerância como virtude importante a ser ensinada aos filhos, são menos propensas a rejeitar grupos externos com o argumento de não querer ter estrangeiros ou homossexuais como vizinhos, e mais propensas a declarar que homossexualidade se justifica.

As sociedades com valores de escassez, por sua vez, conduzem a xenofobia: quanto mais estreita é a chance de sobrevivência de um indivíduo, maior a possibilidade que ele perceba estrangeiros como ameaça, ainda mais quando esses falam outro idioma ou apresentam valores diferentes que parecem incompreensíveis. Por contraste, em sociedades tecnologicamente avançadas e com economia em expansão, os estrangeiros são tolerados e por vezes bem-vindos, uma vez que não são percebidos como ameaça ou competição por bens necessários a sobrevivência que são escassos. Todavia, em tempos de crise econômica, mesmo sociedades industriais avançadas tendem a xenofobia, que ocorre proporcionalmente a intensidade da insegurança; por isso nenhuma sociedade é imune a ela.

A nível individual, os pós-materialistas, crescidos sob condições de segurança econômica, tendem a se mostrar mais tolerantes com diferentes etnias e com outras

orientações sexuais, bem como a apoiar o movimento feminista. Os valores de seguridade parecem estar relacionados a tolerância à diversidade, essencial na democracia.

No Brasil os estudos acerca da tolerância se multiplicaram nos últimos anos. Ribeiro (RIBEIRO, 2010) participou da discussão acerca da teoria dos valores pós-materialistas, satisfatoriamente testada no contexto das nações pós-industriais, e argumentou que a mesma não pode ser imediatamente transposta a países latino-americanos, uma vez que se encontram em desenvolvimento e são materialmente não resolvidos. O autor defendeu a necessidade de análise da transposição da teoria no contexto brasileiro. O trabalho constou de uma análise dos valores e prioridades valorativas dos brasileiros, usou para isso dados produzidos pela Pesquisa Mundial de valores, nos anos de 1991, 1997 e 2006. Os objetivos foram identificar as tendências de evolução dos valores e testar a hipótese da associação no nível individual entre pós-materialismo e posturas tolerantes.

Os resultados apontaram que mulheres e mais escolarizados tendem a valorizar mais a tolerância como uma qualidade importante e não encontrou distinção entre grupos etários mais velhos e mais jovens nesse quesito. Foi construído um índice de tolerância com base nos resultados de perguntas aos entrevistados que questionavam a rejeição de grupos alvos de discriminação como vizinhos, sendo eles pessoas de outras raças, pessoas com AIDS, imigrantes ou estrangeiros, homossexuais e pessoas de outras religiões. O teste de associação com o índice construído confirmou que há um relacionamento significativo e negativo entre valores pós-materialistas e postura intolerante. Os resultados contribuem para sustentar a afirmação de que maior escolarização e manifestação de prioridades pós-materialistas conduzem a maior tolerância.

Ribeiro, Borba e Fuks (2014) investigaram as relações entre o legado democrático de nações latino-americanas e os efeitos da escolaridade sobre as atitudes de tolerância dos indivíduos. Utilizaram dados de 2014 do Latin American Public Opinion Project para testes com modelos lineares multiníveis. A hipótese do estudo foi que em contextos de maior durabilidade e qualidade democrática, o efeito dos anos de estudo formal é potencializado em decorrência da inclusividade e do sistema de contestação pública. A linha de raciocínio por trás disso é que, como a tolerância é uma atitude que exige a tarefa de conciliar princípios que por vezes são contraditórios, um contexto político de maior abertura a diversidade de pontos de vista

tenderia a aumentar a distância entre os mais e os menos escolarizados no que tange a decisão de tolerar. Em outras palavras, a medida em que grupos diferentes ou opositores possuem mesmas liberdades civis e direitos políticos, a discordância de ideias e projetos políticos fica mais acirrada, o que, por sua vez, eleva os custos da tolerância. A maior inclusão política e o sistema de contestação pública tornam também maior a dependência de habilidades cognitivas para a formação de atitudes tolerantes. Portanto, ao mesmo tempo que a estabilidade e a qualidade democrática tendem a elevar a tolerância política, elas aumentam o hiato entre a tolerância dos indivíduos com maior e menor escolaridade. Os resultados comprovam que o legado democrático está associado positivamente a média da tolerância entre os países estudados e o grau do efeito da escolaridade sobre a tolerância política depende de fatores político-institucionais relacionados à duração e à qualidade da democracia de um país.

O mais recente trabalho produzido no país sobre tolerância política foi empreendido por Fuks et. al (FUKS; CASALECCHI; RIBEIRO, 2019) utilizando dados do LAPOP do ano de 2018, com técnicas de análise descritivas e multivariadas acerca dos principais grupos alvos de antipatia no país. De forma inédita, o questionário LAPOP aplicado em 2017 incluiu questões acerca de cinco grupos alvos de intolerância: petistas, peessedebistas, defensores do aborto, comunistas e defensores do regime militar, possibilitando a resposta em escala de 1 a 10 acerca do grau de gosto/desgosto e a aprovação do direito dessas pessoas de votar, fazer discursos públicos e concorrer a cargos públicos.

O estudo mencionado identificou o grau de tolerância a cada um deles e as bases demográficas e atitudinais dessa intolerância. A ordem dos principais alvos de tolerância foi primeiramente, defensores da legalização do aborto (apontadas por 31,8% dos entrevistados), comunistas (19,9%), simpatizantes do PT (18,8%), simpatizantes do PSDB (18,5%) e, por último, pessoas que defendem o regime militar (11%). Quanto aos direitos mais tolerados do grupo escolhido, o primeiro é o voto, seguido pelo direito de discursar em público e, por último, de concorrer a um cargo público. Quanto a tolerância a esses direitos, os resultados apontam que a maioria da população brasileira é moderada, quase um terço manifesta atitudes tolerantes de modo consistente e uma minoria é radicalmente intolerante.

Entre os achados do estudo, se destaca que a religiosidade e a faixa etária se mostraram relevantes indicadores de escolher o grupo dos defensores do aborto como

objeto de rejeição; o efeito da religião e pertencer ao grupo de faixa etária mais jovem (até 30 anos) eleva a probabilidade dessa rejeição. Quanto a escolha de defensores do regime militar como alvo de desgosto, o fator religião e pertencer aos grupos mais velhos (acima de 31 anos) a torna menos provável, enquanto a escolaridade aumenta a chance de antipatia pelos militaristas. Apenas idade se mostrou um preditor relevante para predileção dos comunistas como alvo de desgosto, funcionamento a aumentar a probabilidade nos grupos mais velhos. Por fim, o interesse por política teve efeito redutor na escolha do grupo de simpatizantes do PT, e nenhuma variável independente foi preditora na seleção do grupo de peessedebistas.

Analisando esses resultados, Fuks et. al (2019) concluíram que existe um certo padrão: os grupos de idade mais avançada são principal preditor de rejeição de grupos tradicionais de esquerda, como os comunistas, e menos os de direita, como militaristas, enquanto os mais jovens são politicamente mais progressistas, mas moralmente mais conservadores, uma vez que apresentam mais chances de rejeitar defensores da legalização do aborto. A religiosidade e interesse por política explicam o conservadorismo moral e político: religiosidade aumenta a probabilidade de desafeição por defensores do aborto e diminui a desafeição por militaristas, enquanto maior interesse por política diminui a escolha dos defensores do aborto como alvo de desafeição e aumenta a chance de escolha dos defensores do regime militar.

Em suma, foram analisadas algumas das obras que contemplam o tema da tolerância política; primeiramente, foram abordadas obras clássicas que evidenciam aspectos importantes para caracterizar um regime como democrático, compreendendo que a tolerância política é fundamental em um sistema que precisa contar com participação política e liberdade de contestação e de expressão. Foram visitadas também obras que dizem respeito ao ato de tolerar e suas dificuldades (SCANLON, 2009). A tolerância também foi vinculada à teoria de mudanças de valores, uma vez que a superação de necessidades materiais desestimularia a visão do outro como competição por recursos. Por fim, foram expostos os mais recentes trabalhos sobre a evolução e os condicionantes da tolerância política no Brasil.

2.4 Percepção da economia, mobilidade social e atitudes políticas

Um trabalho reconhecido por uma robusta investigação da literatura disponível sobre determinantes econômicos de resultados eleitorais foi escrito por Lewis-back e Stegmaier (2000). Com objetivo de compreender a proposição que as condições econômicas moldam resultados de eleições nas democracias, de forma boas condições mantêm partidos no poder e más os expulsam, os autores examinaram um volumoso acervo de pesquisas realizadas em várias democracias. Os achados a nível macro foram fundados no eleitor econômico, que responsabiliza o governo por sua performance, de modo a recompensá-lo ou puni-lo nas eleições. Foi argumentado que, por mais que os eleitores não pesem exclusivamente fatores econômicos, eles dão mais importância a eles em comparação a outros. O trabalho foi dividido em partes, abordando investigações sobre eleições nos Estados Unidos, uma comparação entre eleições presidenciais e da assembleia nacional da França, investigações na Inglaterra e Dinamarca, e por fim uma sessão comparativa utilizando amostras de várias nações.

Tais estudos sobre voto econômico podem pertencer a diferentes categorias. Os trabalhos desse tipo podem ser realizados essencialmente com dados econômicos macroestruturais, como Produto Interno Bruto (PIB), taxa de desemprego, renda e inflação. Outra forma de estudo inclui variáveis subjetivas de análise do desempenho governamental, que trazem, por sua vez, avaliações que podem ser retrospectivas e prospectivas. Avaliações pessoais da economia podem ser aferidas, e essas também podem ser retrospectivas ou prospectivas. Por fim, estudos sobre comportamento eleitoral podem usar modelos analíticos com variáveis de caráter contextual. O autor destaca que o que torna uma ferramenta mais adequada que a outra é o estudo a ser empreendido, o país e contexto; também deve ser levado em consideração que diferentes desenhos institucionais podem impactar na relação entre avaliação econômica e avaliação de governo.

As conclusões do estudo apontaram que o eleitorado é fortemente afetado por mudanças econômicas globais, reais e percebidas, uma vez que todas as nações democráticas que receberam uma boa quantidade de investigações usando indicadores econômicos subjetivos e objetivos mostraram o impacto dos mesmos sobre a variação do apoio ao governo. Esses indicadores continuaram relevantes mesmo quando controladas outras variáveis explicativas, e por isso, dado a escolha de apenas um preditor da variação de suporte ao governo, faria sentido que ele fosse uma medida econômica. Quanto a qual indicador, existe uma variação de acordo com

o país; pode ser, por exemplo, desemprego, inflação, crescimento. Instituições eleitorais que moldam a distribuição da responsabilidade política econômica em uma nação podem afetar bastante os resultados. Além disso, países liderados por um partido em contrapartida a uma coalização mostraram uma conexão especialmente forte entre responsabilização política e economia.

Assim, o estudo apontou que entre as preocupações do eleitor, nenhuma tem presença mais consistente quanto a economia, e geralmente nenhuma tem impacto tão grande quanto ela. A insatisfação com a performance econômica aumenta substancialmente a probabilidade de votar contra o titular, e a volatilidade dessa insatisfação faz com que ela seja mais ainda importante que indicadores de longo termo, como partidarismo. Porque a opinião quanto a performance econômica pode se alterar em grande medida de uma a outra eleição, é mais provável que um governo caia por conta dela do que em decorrência de uma mudança na simpatia partidária.

Por fim, os autores definiram o funcionamento do modelo clássico recompensa/punição como explicação quanto a psicologia do voto econômico. Os eleitores, independente da democracia, avaliam as condições econômicas do país e com isso premiam ou punem os responsáveis; nesse julgamento, eles tendem a pesar a múltiplos indicadores em vez de apenas um, chegando a uma conclusão sumária. Os eleitores conseguem discernir quando um partido é mais claramente responsável que outros pelo estado da economia e adaptam sua resposta de acordo. São capazes de realizar julgamentos prospectivos, além de retrospectivos.

No Brasil, trabalhos sobre impacto de variáveis econômicas foram expandidos nos últimos anos. O artigo de Lício, Rennó e Castro (2009) abordou o impacto de ser beneficiário do Programa Bolsa família do governo federal na decisão de voto na eleição presidencial de 2006 e avaliação do ex-presidente Lula da Silva, em resposta a estudos anteriores que defenderam esse vínculo. Foram analisados dados ao nível individual, testando um modelo estatístico multivariado em uma amostra probabilística nacional colhida pelo Barômetro das Américas em 2008. O objetivo em utilizar indivíduos como unidade de análise se dá uma vez que relações que são válidas pelos grupos, como no caso de análise por município realizada em estudos anteriores, podem não ser válidas a nível individual; assim foi testada a relação entre ser beneficiário do programa e voto em Lula controlando outras possíveis explicações.

Os resultados apontaram que ser beneficiário do Programa Bolsa Família teve impacto significativo substancialmente grande na probabilidade de voto em Lula em ambos os turnos da eleição, além de outros fatores decisivos: visões sobre corrupção, avaliações retrospectivas sociotrópicas e identificação com o Partido dos Trabalhadores. O estudo concluiu que o comportamento de beneficiários foi diferente de não beneficiários, influenciando não só a probabilidade de voto em Lula como também na avaliação do governo federal e o trabalho do ex-presidente de forma mais positiva. O estudo do programa Bolsa Família e sua contribuição para manutenção do ex-presidente Lula no poder não diz respeito somente a identificação de dividendos eleitorais de um programa eleitoral; tal investigação é relevante no quesito da cultura política de um país tradicionalmente desigual e com reduzidas possibilidades de mobilidade. Quanto a reflexão relacionada a teoria da escolha eleitoral, o trabalho destacou que não se pode omitir dos modelos explicativos as visões sobre políticas sociais, corrupção, avaliação sociotrópica e simpatia partidária, uma vez que essas variáveis se mostraram relevantes.

Peixoto e Rennó (2011) analisaram os determinantes do voto em Dilma Rouseff nos dois turnos das eleições presidenciais de 2010, usando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro do mesmo ano para estudar os efeitos de indicadores políticos, sociais e econômicos na escolha do candidato. A pesquisa investigou como visões sobre economia e o desempenho do governo se refletem na vida do eleitorado, argumentando que o efeito da economia no voto não se deu através da classe social, mas a percepção de ascendência social. A hipótese foi que essa percepção de mobilidade ascendente leva a um aumento na probabilidade de voto no candidato do partido do governo, o que representou em 2010 o voto em Dilma. Assim, a sensação de melhora na situação econômica levaria ao maior apoio da candidata indicada pelo presidente anterior, Lula, que contou com altos índices de popularidade. Os resultados indicaram que a maioria dos brasileiros entrevistados (55%) percebeu uma ascensão social em comparação a 8 anos anteriormente a data da pesquisa, enquanto 7,5% descenderam e 37,5% se mantiveram estáveis. Nas análises de regressão multinomial para determinantes do voto para os candidatos, indivíduos simpáticos ao PT, que avaliaram bem o governo Lula e perceberam mobilidade ascendente apresentaram mais chances de votar em Dilma. Indivíduos brancos, com baixa escolaridade e baixa renda apresentaram mais chance de votar em Serra. Beneficiários do bolsa família e percepções sobre corrupção não surtiram efeito. Na

comparação com Marina Silva, a candidata do Partido Verde foi favorecida nas variáveis renda, escolaridade e denominação religiosa evangélica. Os resultados confirmaram as expectativas, confirmando que a percepção de ascendência social importou para o voto nas eleições de 2010; os autores concluíram que isso foi um exemplo de responsabilização política, uma vez que o candidato do governo foi recompensado pelo desempenho positivo do governo anterior, durante o qual muitas pessoas notaram melhoria de vida.

Veiga e Ross (2016) colocam em discussão a teoria do voto econômico, que consiste no princípio que os eleitores consideram a situação econômica do país em seu voto para presidente, sendo propensos a votar pela reeleição do mandatário/partido se a econômica estiver indo bem, e a votar na oposição se houver insatisfação com a economia. Haveria então o sentido de causalidade de avaliação positiva da economia para adesão ao partido do governo. Porém, estudos recentes apontaram para o sentido contrário da causalidade, em que avaliação da economia seria consequência de uma predisposição política dos eleitores. Além disso, a autora colocou em questão se essa avaliação do governo é bem informada, baseada em conhecimento da realidade objetiva da economia.

Os autores, depois de apresentarem dados oficiais do governo brasileiro em 2014 que apontaram para a formação da percepção retrospectiva da economia como estável ou negativa, colocam seu desenho de pesquisa que objetivou apontar a relação entre avaliação da economia sociotrópica e conhecimento sobre economia, sensação de mobilidade social e ideologia e afetividade partidária. Foi esperado que a afetividade partidária reflita na avaliação do eleitor sobre a economia.

Os resultados verificaram que o conhecimento de informações objetivas sobre economia (taxa de desemprego e nome do ministro da fazenda) não causaram efeito da análise da economia feita pelo eleitor; além disso, a afinidade com o partido mandatário (PT) e distanciamento da oposição (PSDB) causaram efeito positivo na avaliação, e também foi verídico o inverso. Conclui-se assim que as preferências políticas impactam na percepção da economia, o que enfraquece a teoria do “voto econômico”, e que a recente mobilidade social também tem impacto na mesma. Todavia, o modo como a mobilidade social se mostrou relevante foi inesperado: a ascensão ou descendência social não tiveram efeitos significantes, porém a sensação de estagnação influi para uma queda na avaliação da economia.

Rennó e Turgeon (2016) colocaram como foco o fenômeno da mobilidade social e seus desdobramentos nas atitudes políticas da população brasileira, abordando as diferentes hipóteses levantadas pela literatura especializada e testando-as utilizando os dados do Barômetro das Américas do ano de 2012. Os autores partiram de uma revisão da literatura que abarca classes sociais e psicologia política para discorrer sobre as possíveis diferenças comportamentais entre diferentes classes sociais, envolvendo também padrões de mobilidade social. A literatura nacional aponta as implicações políticas do surgimento de uma nova classe média no Brasil, que traria mudanças na percepção política e social da população. A literatura internacional coloca as classes intermediárias e a camada em ascensão como potencializadores da moderação de conflitos sociais e tolerância. Destarte esses setores são associados a uma postura mais aberta, tolerante e moderada.

No artigo, foram operacionalizados os dados considerando os conceitos de classe social, mobilidade, não-opiniões, extremismo de atitudes, heterogeneidade atitudinal e tolerância. O critério utilizado para definir a colocação dos indivíduos nas categorias foi a mensuração de classe social com base em bens. Dividiu-se a população nas classes: baixa, média baixa, média e alta. A ascensão social foi medida através de duas perguntas que questionavam se o entrevistado mudou de classe de 2004 até a data da entrevista e a qual classe pertencia antes. Os resultados apresentaram evidências que a não-opinião diminui conforme a situação socioeconômica dos indivíduos passa para camadas mais privilegiadas. Os membros da classe média baixa expressaram menos não-opiniões que os da classe baixa, os da classe média menos que os da classe média-baixa, e os membros da classe média exibiram menos não-opiniões que a classe alta vezes sim, vezes não, mostrando pouca diferença entre elas nesse quesito.

Assim, a não-opinião na classe média e alta foram sempre inferiores aos outros grupos e raramente significativas. Concluiu-se que a classe média se assemelha mais à classe alta que as mais baixas, e ao contrário do esperado, não apresenta mais opiniões indefinidas que as demais, prevalecendo a tese que os ganhos de acesso à informação decorrentes de uma melhora socioeconômica têm impacto na formação de opinião de forma linear. Os resultados quanto aos outros conceitos analisados não mostraram grandes diferenças entre as classes sociais e grupos de mobilidade social, tampouco apontaram as qualidades que seriam específicas aos setores intermediários ou aos grupos que apresentaram ascensão

social. Concluiu-se que as classes médias compartilham visões de mundo com a classe alta, e ambas se diferenciam da classe baixa.

Considerando o homem econômico, Moraes e Quadros (2018) investigaram fatores que haveriam influenciado a avaliação presidencial no Brasil de 2004 a 2016. Foram elaboradas três hipóteses de pesquisa; a primeira delas propunha que a inflação e o desemprego desempenharam algum efeito negativo sobre a avaliação presidencial, a segunda que o aumento da percepção de corrupção também afetou de forma negativa, e por fim, a terceira hipótese colocava em questão que os protestos ocorridos em 2013 e 2015 contribuíram negativamente na avaliação presidencial. Para testar as hipóteses, os autores contabilizaram dados públicos abarcando os indicadores econômicos e avaliação presidencial e desenvolveram uma métrica para a percepção de corrupção a partir de dados do Google Trends. Os autores argumentaram a favor da literatura que aponta que protestos de rua são determinantes para criação de cenários propícios ao afastamento de presidentes do cargo, bem como escândalos midiáticos funcionam de modo a esvaziar o capital social daqueles envolvidos neles. As conclusões indicaram a corroboração da primeira e terceira hipóteses, uma vez que fatores econômicos de fato influenciaram na avaliação presidencial, todavia a percepção de corrupção foi uma variável mais significativa que os próprios indicadores econômicos nessa avaliação. Os autores destacam que somados os efeitos foi possível explicar mais de 50% da queda de popularidade no período estudado.

Por fim, Daniela Campello e Cesar Zucco apontam volatilidade histórica de ciclos econômicos como fator causador de instabilidade. Os autores identificaram uma relação entre os ciclos econômicos e a instabilidade política e eleitoral da América do Sul, explicando o contexto histórico e econômico da região e os ciclos voláteis da economia são determinados em geral por fatores externos, e não por obra de governantes. Os dados da matéria publicada no jornal Folha, são os resultados da pesquisa exposta no artigo “Presidential Success and the World Economy” (CAMPELLO; ZUCCO, 2016).

Segundo os autores, as crises políticas que deflagraram na América Latina nos últimos anos têm condições de fundo em comum, por mais que seus gatilhos sejam específicos a cada país. A “maldição da volatilidade” se define pela sucessão de ciclos político-econômicos de expansão e crise, historicamente provocados por mudanças em condições econômicas externas. Atualmente se vive a reversão de um

período de bonança que teve início em 2003 e provocou aceleração de taxas de crescimento e redução da pobreza e findou em 2011, com o acirramento de conflitos distributivos e polarização política, o que tornou os países do sul do continente americano propensos a protestos e convulsões.

Assim, os países sul-americanos se inserem na economia mundial de forma semelhante: são exportadores de produtos primários, possuem baixa poupança interna e por isso são dependentes de financiamento externo; e por isso são extremamente vulneráveis a flutuações nos preços internacionais das commodities. Ainda que o Brasil seja a economia mais complexa da região, as variações em preços de commodities exercem impacto direto em suas taxas de crescimento. Outro fator de impacto são variações nas taxas de juros internacionais. Esses fatores contribuem para oscilações entre ciclo de bonanças e crise na região, o que impacta o bem-estar social e gera instabilidade política.

O índice de “Bons Tempos Econômicos” (originalmente Good Economic Times – GET) construído pelos autores combina um índice agregado de preços de commodities da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) com taxas de juros pagas por títulos do governo americano, com intenção de capturar os períodos mais favoráveis a economia latino-americana (alta nos preços de commodities e juros mais baixos).

É mostrado no índice o superciclo das commodities, iniciado em 2003 e finalizado em 2011, concomitante à queda dos juros internacionais. O evento foi sentido em toda a América do Sul independente da agenda econômica dos governantes no poder, “da direita de Álvaro Uribe na Colômbia à esquerda de Hugo Chávez na Venezuela”, um período de crescimento econômico, aumento do bem-estar e queda da pobreza e desigualdade. A reversão ocorrida no final de 2011 não foram sentidas de imediato quando mediadas por fatores domésticos, porém a crise chegou para todos e trouxe atenuação de conflitos redistributivos, desigualdade, pobreza e revoltas com injustiças sociais e corrupção. Essa reversão de bem-estar e expectativas foi determinante para o colapso do governo Dilma, e a crise política resultante agravou o quadro econômico caótico.

O fator preocupante é que o índice GET retrata fatores fora do controle de qualquer presidente nos países sul-americanos, e mesmo a capacidade de influenciar a forma como essa variável exógena afeta a economia é limitada. Apesar disso, o nível e variação no GET explicam o clima político na América do Sul. Quando o índice sobe

ou está favorável, presidentes da região tem mais chances de se reelegerem ou elegerem sucessores e a popularidade presidencial aumenta independente da ideologia ou características pessoais. Em períodos de GET ruim ou em declínio, interrupções de mandato tanto legais (como impeachment) quanto ilegais (por exemplo, golpe) tornam-se mais comuns, em regimes democráticos ou autoritários. Isso significa que condições internacionais fora do controle dos governos tem impacto muito relevante sobre seu desempenho político. Os eleitores em geral, e não apenas os da América Latina, não fazem o tipo de cálculo que possibilitaria descontar esses fatores exógenos e avaliar os presidentes apenas pelo que podem controlar. O voto em resposta ao bem-estar é um dos fenômenos mais regulares observados pela ciência política, presente em quase todas as democracias do mundo. A questão é que como o bem-estar é fortemente influenciado por fatores exógenos e fora de controle dos governos, o voto econômico premia na verdade a sorte dos governantes, e não seu desempenho.

Para responder ao diagnóstico da volatilidade das condições econômicas externas como causador de grande parte da instabilidade política na região, os autores propõem primeiramente medidas que façam com que o bem-estar do eleitor reflita a qualidade das políticas adotadas pelo governo, através de diversificação da economia, redução da dependência de capital externo volátil e regime fiscal anticíclico que forçasse governos a economizar em períodos de abundância e gastar em crises. Porém, esses temas se encontram completamente fora da agenda, e as consequências são potencialmente graves; em condições de declínio do bem-estar, fatos banais podem se tornar gatilhos para eventos extraordinários.

Foram abordados nessa seção trabalhos que colocaram em discussão determinantes econômicos de resultados eleitorais e democráticos, considerando a teoria do voto econômico, que consiste no princípio que os eleitores consideram a situação econômica do país em seu voto para presidente, sendo propensos a votar pela reeleição do mandatário/partido se a econômica estiver indo bem, e a votar na oposição se houver insatisfação com a economia. Foram priorizados estudos do caso brasileiro, sejam eles utilizando dados econômicos macroestruturais ou variáveis subjetivas de análise do desempenho governamental, avaliação econômica pessoal ou mesmo modelos analíticos com variáveis de caráter contextual, como a influência da economia global.

Considerando os avanços da literatura nacional para explicar o impacto da economia em atitudes políticas, o presente trabalho visa contribuir a discussão por testar o poder explicativo da mobilidade social e avaliações sociotrópicas e egotrópicas sobre apoio às instituições democráticas e a tolerância política.

A questão por trás dos dois principais indicadores econômicos testados no presente estudo é que para a opinião fundamentada em aspecto econômico ocorrer, os indivíduos precisam ter uma percepção do estado da economia. O problema por trás de uso de indicadores como PIB e inflação para entender o impacto da economia na avaliação da democracia, por exemplo, seria assumir que o respondente está recebendo informações sobre esses aspectos, e se essa informação é atualizada e fundamentada. De qualquer jeito, os indicadores passariam primeiramente pela percepção individual para assim oferecerem ou não impacto em atitudes ou comportamentos políticos. Utilizando como variáveis explicativas a percepção da economia nacional e pessoal, é possível aferir se essas variáveis têm, de fato, impacto nas atitudes, sem os problemas mencionados.

A melhora em certos indicadores econômicos, assim, não necessariamente implica em percepção de melhora. Por sua vez, se o indivíduo não percebe a mudança, ela não tem impacto em suas atitudes. A hipótese é que as pessoas estão baseando seus julgamentos sobre política em experiência vivida. Se uma população vivenciar sensação de melhora de vida (ou piora), essa sensação poderá ser melhor aferida através da pergunta sobre a economia vivida. Assim, o uso do indicador de avaliação sociotrópica e egotrópica retrospectiva seria mais adequado que outros.

A discussão, de certo modo, implica que resultados econômicos não são resultados sociais. O acesso à educação, bens ou serviços, por exemplo, afetaria a sensação de melhora de vida. O uso da variável explicativa de avaliação da própria economia pode significar a ampliação para além de questões estritamente econômicas, mas que dizem respeito a uma mudança de vida que poderia impactar opiniões políticas.

3. Método

Os dados utilizados foram extraídos das bases do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), instituição que aplica questionários que cobrem 34 nações

no continente americano, com objetivo de aferir e valores democráticos e comportamentos. Os questionários utilizados são referentes aos anos de 2006 a 2018/2019. Os seguintes quadros contêm o detalhamento do plano de pesquisa divididos por sublinha abordada.

| | |
|-------------------------|--|
| Sublinha 1 | Tolerância política |
| Questão de Pesquisa | Quais fatores impactam positiva ou negativamente na tolerância política? |
| Hipótese | Características que podem interferir de maneira a diminuir a intolerância política são: maior idade e antipartidarismo. Características que podem aumentar a tolerância: renda e escolaridade. |
| Objetivo Geral | Compreender quais características individuais e atitudes políticas afetam a tolerância expressa para grupos discriminados e oposição política. |
| Variável Dependente | Indicador de tolerância política construído a partir de respostas sobre direitos dos cidadãos, direitos de homossexuais e direitos das pessoas que falam mal da forma de governo. |
| Variáveis Independentes | Avaliação egotrópica da economia; Avaliação sociotrópica da economia; Sexo; Religião (católico, protestante tradicional, evangélico pentecostal, sem religião); Anos de estudo; Idade; Macrorregião nacional; Renda mensal habitacional; Mobilidade social; Carência de refeição; Vítima de crime; |

| | |
|---------------------|---|
| | Insatisfação com a vida; Desemprego; Antipetismo; Antipessedebismo; Posicionamento político à direita; Posicionamento político à esquerda. |
| Unidade de Análise | Indivíduos |
| Recorte temporal | 2016/2017 |
| Técnicas de análise | Estatística descritiva, comparação de médias, regressão linear de mínimos quadrados ordinários (MQO) |
| Fonte dos dados | The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org |

Infelizmente no quadro da tolerância política não é possível realizar uma análise longitudinal, uma vez que as perguntas utilizadas na construção do índice de tolerância política foram inseridas no questionário de modo inédito no ano de 2016/2017 e não se repetiram em 2018. O detalhamento do índice mencionado será realizado na seção a seguir, bem como a construção das variáveis independentes.

| | |
|------------------------|---|
| Sublinha 2 | Apoio a democracia |
| Questão de Pesquisa | Como visões sobre a economia do país e sobre a própria mobilidade social se refletem na maior ou menor propensão do indivíduo apoiar o sistema democrático? |
| Hipóteses | Uma boa avaliação da a economia do país e percepção de mobilidade social ascendente tende a levar os indivíduos a declarar mais apoio e satisfação em relação ao sistema democrático, enquanto um cenário em que situação econômica nacional e pessoal é percebida como pior levaria indivíduos a responsabilizar a democracia, mostrando menos apoio e satisfação. As avaliações egotrópicas e sociotrópicas da economia também afetariam o apoio a medidas autoritárias de governo, em específico a concordância com golpe miliar quando há exacerbado índice de crime ou corrupção e fechamento do congresso. Uma piora econômica levaria, nesse caso, o indivíduo a defender medidas autoritárias por acreditar que seriam soluções para melhorar a economia do país, e também sua própria condição. |
| Objetivo Geral | Compreender como as avaliações egotrópicas e sociotrópicas da economia afetam conjunto de atitudes e comportamentos individuais conhecidos por apoio à democracia. |
| Variáveis dependentes: | Confiança nas eleições; Concordância com a afirmação que a democracia é melhor que qualquer outra forma de governo; |

| | |
|--------------------------|---|
| | Satisfação com a democracia. |
| Variáveis Independentes: | Avaliação egotrópica da economia; Avaliação sociotrópica da economia; |
| Unidade de Análise | Indivíduos |
| Recorte temporal | 2006 – 2008 – 2010 – 2012 – 2014 – 2016/2017 – 2018/2019 |
| Técnicas de análise | Estatística descritiva, comparação de médias, regressão linear de mínimos quadrados ordinários (MQO) |
| Fonte dos dados | The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org |

Foi aferida a evolução longitudinal do apoio ao golpe militar por motivo de corrupção ou de crime e a concordância com o fechamento do congresso. A análise dos condicionantes das formas autoritárias de governo será realizada com dados do questionário de 2016/2017.

| | |
|--------------------------|--|
| Sublinha 3 | Apoio ao Golpe |
| Questão de pesquisa | Quem são os apoiadores do golpe militar no Brasil |
| Hipóteses | <p>A avaliação da economia interfere conforme o indivíduo atribui à democracia o sucesso ou fracasso econômico. Uma boa avaliação da economia do país e pessoal tenderia a levar os indivíduos a apoiar menos o golpe militar, enquanto um cenário em que situação econômica nacional e pessoal é percebida como pior levaria o indivíduo a defender medidas autoritárias por acreditar que seriam soluções para melhorar a economia do país, e também sua própria condição.</p> <p>Os anos de escolaridade formal interfeririam de modo a diminuir o apoio ao golpe.</p> <p>Ser vítima de crime aumentaria a chance de o indivíduo ser apoiador de golpe justificado por crime, uma vez que medidas autoritárias poderiam ser vistas como solução à violência.</p> <p>Antipartidarismo estaria relacionado ao apoio ao golpe.</p> |
| Objetivo Geral | Entender os condicionantes do apoio ao golpe militar no Brasil |
| Variáveis dependentes: | Apoio à golpe miliar quando há crime; Apoio à golpe miliar quando há corrupção; |
| Variáveis Independentes: | Sexo; Idade; Cor; |

| | |
|---------------------|--|
| | Anos de escolaridade formal; Macrorregião nacional; Religião (católico, protestante tradicional, evangélico pentecostal, sem religião); Carência de refeição; Renda mensal habitacional; Ser vítima de crime; Insatisfação com a vida; Desempregado; Antipetismo; Antipessedebismo; Grau de Intolerância; Avaliação egotrópica da economia; Avaliação sociotrópica da economia; Mobilidade social; Concordância com a pena de morte; Concordância com a posse de armas; Discordância a legalização do aborto; Posicionamento político à direita; Posicionamento político à esquerda. |
| Unidade de Análise | Indivíduos |
| Recorte temporal | 2006 – 2008 – 2010 – 2012 – 2014 – 2016/2017 – 2018/2019 |
| Técnicas de análise | Estatística descritiva, comparação de médias, análise de regressão logística multivariada. |
| Fonte dos dados | The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org |

4. Discussão dos resultados

4.1 Construção das variáveis independentes: percepção de mobilidade social e avaliação sociotrópica da economia

A construção da variável mobilidade social levou em consideração duas perguntas do questionário LAPOP, a primeira indagava ao entrevistado acerca da auto localização há oito anos atrás estimulada em cinco opções: classe baixa, classe média baixa, classe média, classe média alta e classe alta. Em seguida, a pergunta solicitava que o indivíduo se auto localizasse nestas mesmas opções, porém, atualmente.

| Tabulação cruzada: Classe social 8 anos atrás * Pertencimento de classe auto indentificada | | | | | | | |
|---|-------------|--|------------|-------|-------------|-------|--------|
| | | Pertencimento de classe auto indentificada | | | | | |
| | | Alta | Média-alta | Média | Média-baixa | Baixa | Total |
| Classe social 8 anos atrás | Alta | 0,1% | 0,3% | 0,7% | 0,5% | 1,3% | 2,9% |
| | Média-alta | 0,1% | 1,5% | 1,5% | 1,5% | 1,6% | 6,2% |
| | Média | 0,2% | 2,1% | 14,5% | 7,2% | 6,1% | 30,1% |
| | Média-baixa | 0,1% | 1,5% | 7,4% | 13,7% | 6,2% | 28,9% |
| | Baixa | 0,5% | 0,9% | 5,7% | 9,4% | 15,4% | 31,9% |
| Total | | 1,1% | 6,3% | 29,7% | 32,3% | 30,6% | 100,0% |

Tabela 1: Pertencimento de classe auto-identificado.

Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Ao se realizar o cruzamento entre estas duas variáveis é possível identificar três categorias de indivíduos: os que declararam pertencer à mesma classe, portanto, imobilidade, que representam, em 2017, 45% dos respondentes; os que ascenderam, ou seja, aqueles que afirmaram pertencer a uma classe superior àquela de 8 anos atrás, cerca de 27,8%; e finalmente aqueles que declararam que hoje pertencem a uma classe inferior, que são 26,9% os que descenderam.

| | | Mobilidade | | | |
|---------|-------------|-------------------|------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentual | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Ascendente | 423 | 27,6 | 27,9 | 27,9 |
| | Imobilidade | 683 | 44,6 | 45,1 | 73,1 |
| | Descendente | 408 | 26,6 | 26,9 | 100 |
| | Total | 1514 | 98,8 | 100 | |
| Ausente | Sistema | 18 | 1,2 | | |
| Total | | 1532 | 100 | | |

Tabela 2: Mobilidade social.

Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Cabe notar que nas edições das rodadas anteriores do LAPOP estas questões eram precedidas por uma pergunta filtro que indagava o entrevistado sobre se ele percebia que havia mudado de classe, sem, no entanto, oferecer as opções. Este procedimento tem potencial para que as respostas tenham sido afetadas pelo fato dos indivíduos não identificarem exatamente o que o entrevistador concebe por classe social.

Já as avaliações sociotrópicas e egotrópicas da economia foram aferidas através das perguntas “O(A) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses?” e “O(A) sr./sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses?”. A evolução longitudinal da avaliação sociotrópica da economia é exposta no gráfico a seguir.

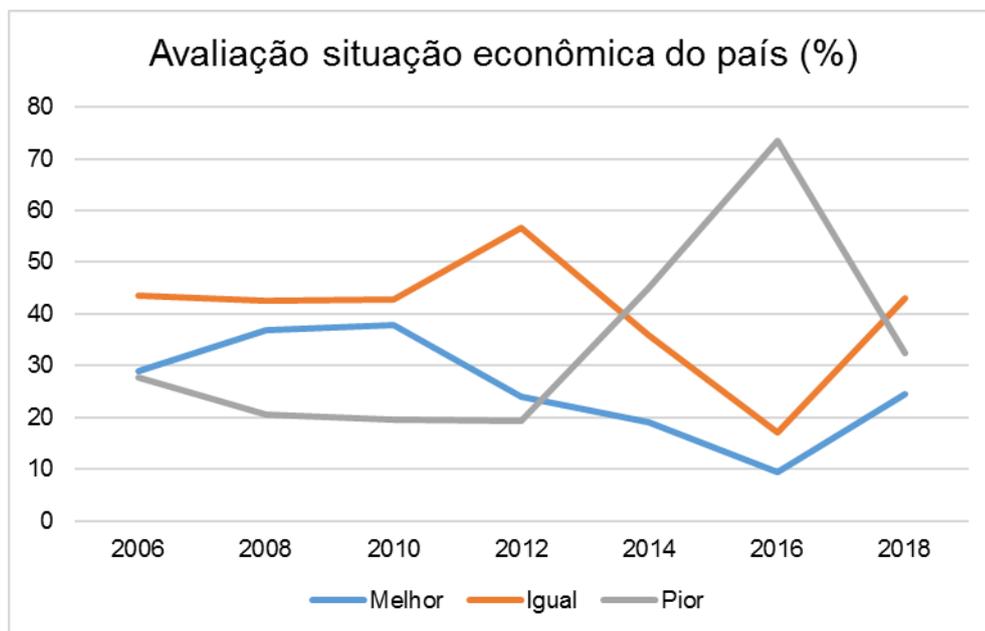


Gráfico 1: Avaliação da situação econômica do país.

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Quanto a avaliação sociotrópica, chama atenção o brusco crescimento do número de pessoas que passam a afirmar que a economia piorou a partir de 2012, que era 20% e chegou a ultrapassar 70% em 2016. Em 2018, a maior parte dos entrevistados, correspondente a 43% deles, afirma que a economia do país está igual. A quantidade de pessoas que afirma estar pior caiu de 73,6% para 32,5%, e uma quantidade maior de pessoas responderam que a economia está melhor, uma mudança de 9,4% para 29,4%.

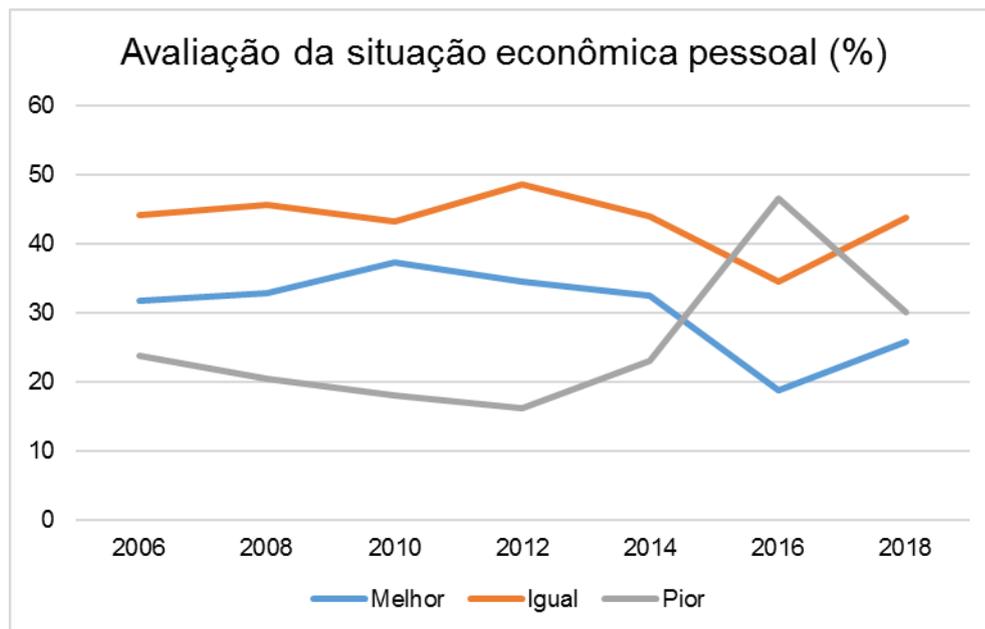


Gráfico 2: Avaliação da situação econômica pessoal.

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

No que concerne a situação econômica pessoal, as avaliações parecem seguir padrão similar as avaliações da economia nacional. De 2006 até 2014 prevaleceram as respostas “igual” e “melhor”, e em 2016 uma alteração brusca faz com que a maioria das avaliações, 46,6%, seja “pior”. Em 2018, a porcentagem de entrevistados que avaliou a economia como pior diminuiu para 30%, e 46,8% avaliam que está igual.

Cabe explicar outras duas variáveis explicativas utilizadas nos testes de tolerância e apoio ao golpe militar, as variáveis antipartidarismo e ideologia. Nos modelos, as variáveis antipetismo e antipeessedebismo foram construídas a partir da pergunta no questionário que objetiva identificar qual o grupo de desafeição dos entrevistados. A questão citou cinco grupos alvos de intolerância: petistas, peessedebistas, defensores do aborto, comunistas e defensores do regime militar, e os entrevistados deveriam responder em escala de 1 a 10 o grau de gosto em relação a cada grupo, na qual 1 significa desgosta muito e 10 gosta muito. Nesse trabalho, entram na classificação de antipetismo e antipeessedebismo, as respostas que atribuíam notas de 1 a 3 na escala de 7 aos grupos “petistas/ simpatizantes do PT” e “PSDBistas/ simpatizantes do PSDB”. O objetivo é entender se o antipartidarismo é

relacionado a intolerância para além dos partidos desgostados e se tem relação ao desapego pela democracia.

Já a variável explicativa de ideologia foi configurada de modo a utilizar a pergunta no LAPOP 2016 que esperava que o entrevistado se posicionasse em uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa esquerda e 10, direita. A frequência dessa variável é exibida na tabela a seguir:

| Ideologia esquerda/direita | | | | | |
|----------------------------|------------|------------|------------|-------------------|-----------------------|
| | | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
| Válido | 1 Esquerda | 192 | 12,5 | 13,7 | 13,7 |
| | 2 | 82 | 5,4 | 5,8 | 19,5 |
| | 3 | 171 | 11,2 | 12,2 | 31,7 |
| | 4 | 157 | 10,2 | 11,2 | 42,8 |
| | 5 | 269 | 17,6 | 19,1 | 62,0 |
| | 6 | 114 | 7,4 | 8,1 | 70,1 |
| | 7 | 91 | 5,9 | 6,5 | 76,6 |
| | 8 | 121 | 7,9 | 8,6 | 85,2 |
| | 9 | 65 | 4,2 | 4,6 | 89,8 |
| | 10 Direita | 143 | 9,3 | 10,2 | 100,0 |
| | Total | 1405 | 91,7 | 100,0 | |
| Faltantes | | 127 | 8,3 | | |
| Total | | 1532 | 100,0 | | |

Tabela 3: Variável posicionamento ideológico

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Na elaboração da variável explicativa, as respostas com posicionamentos de 1 a 4 foram classificadas como esquerda, 5 e 6 como centro, e, por fim, os direitistas são os que responderam de 7 a 10. A variável independente foi utilizada nos modelos para tolerância política e apoio a formas autoritárias de governo. A tabela abaixo descreve as frequências obtidas a partir dessa recodificação.

| Recodificação da variável ideologia | | | | | |
|-------------------------------------|----------|------------|------------|-------------------|-----------------------|
| | | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
| Válido | Esquerda | 602 | 39,3 | 42,8 | 42,8 |
| | Centro | 383 | 25,0 | 27,3 | 70,1 |
| | Direita | 420 | 27,4 | 29,9 | 100,0 |
| | Total | 1405 | 91,7 | 100,0 | |
| Faltantes | | 127 | 8,3 | | |
| Total | | 1532 | 100,0 | | |

Tabela 4: Recodificação da variável posicionamento ideológico

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

4.2 Indicador de Tolerância política

O indicador de tolerância foi construído a partir de quatro baterias de perguntas presentes no *survey* de opinião pública do Latinobarômetro de 2016; os anos anteriores desse questionário não contaram com as mesmas. A primeira bateria é sobre o direito dos cidadãos em geral de se manifestar; a segunda é concernente a direitos de participação política de pessoas que falam mal da forma de governo; a terceira abarca dois direitos de pessoas homossexuais. Por fim, a última bateria envolve três perguntas sobre participação política de um grupo que o indivíduo declarou gostar menos, entre militares, comunistas, defensores do aborto, petistas ou peessedebistas. Assim, o entrevistado deveria responder se concorda ou não que os grupos tenham cada um dos direitos descritos.

Quanto à última bateria de questões, os resultados possibilitaram a elaboração do gráfico abaixo, que ilustra o “gosto” dos entrevistados quanto aos grupos analisados. As notas tendem a se agrupar nos extremos e no meio da escala de 1 a 10, na qual 1 significa “desgosto muito” e 10 significa “gosto muito”. Entre os cinco grupos analisados, os mais gostados (receberam a nota 10 por maior número de entrevistados) são, ordenadamente, defensores do regime militar (com 17% de aprovação máxima), defensores da legalização do aborto, petistas, e comunistas e peessedebistas empatados por último.

A ordem dos grupos que mais receberam rejeição máxima, ou seja, atribuição de nota 1, se dá com primeiramente defensores da legalização do aborto (48% de desgosto), seguidos de comunistas, um empate entre peessedebistas e petistas, e por fim, defensores do regime militar. Em suma grupo mais desgostado pela população é composto pelos defensores da legalização do aborto, que foi rejeitado com nota mínima por 48% dos entrevistados, enquanto o mais gostado é composto por defensores do regime militar, com 17% de aprovação máxima.

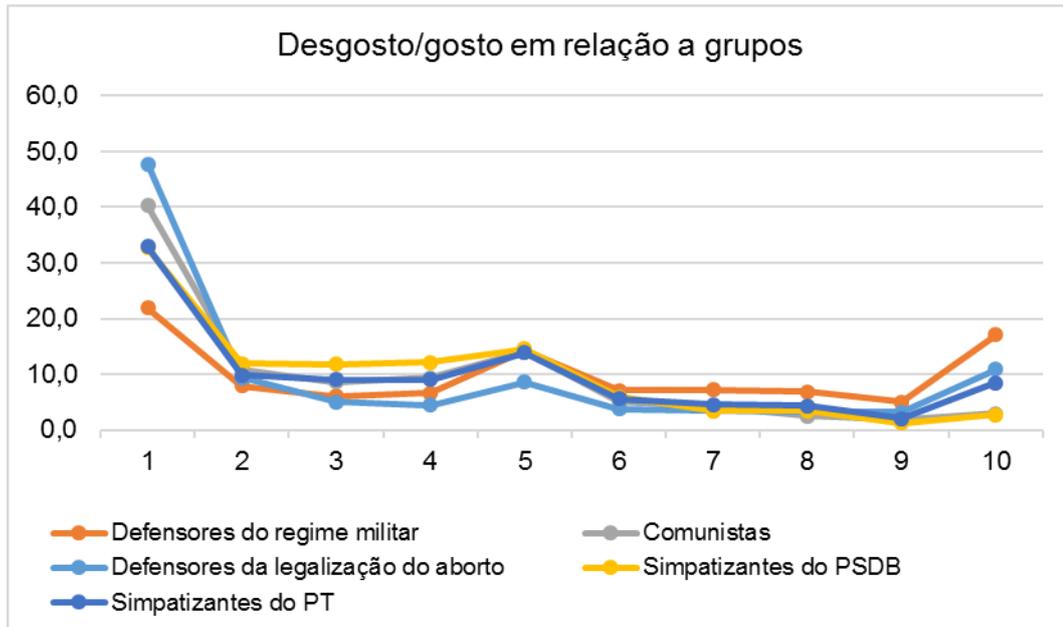


Gráfico 3: Gosto/desgosto em relação aos alvos de intolerância.

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

O método do grupo menos gostado utilizado no questionário é mais interessante que as perguntas anteriores para evitar erros de mensuração, uma vez que quando o indivíduo identifica o grupo que mais tem aversão essa pessoa se enquadra fora dele. Em contrapartida, as perguntas a respeito de “quem fala mal da forma de governo” podem ser respondidas por pessoas que se enquadram nessa categoria, e assim tenderão a responder que devem fruir de todos os direitos mencionados, acarretando em uma percepção de tolerância maior. O esquema abaixo ilustra essa relação:

| | |
|---|--|
| Cidadãos em geral | Direito de se manifestar |
| Pessoas que falam mal da forma de governo | Direito de votar Manifestações pacíficas Candidatar-se para cargos públicos Discursar |
| Homossexuais | Candidatar-se a cargos públicos Se casar |
| Grupo menos gostado | Direito de votar Fazer discurso público Concorrer a um cargo público |

O indicador desenvolvido a partir da concordância com direitos políticos pode variar de 10 a 100, de forma que quanto maior o valor pontuado pelo indivíduo, maior será seu grau de tolerância. Assim, um indivíduo que não concorda que os grupos descritos tenham nenhuma dos direitos políticos abordados corresponde a nota 10 na escala de tolerância, ou seja, tem maior grau de intolerância, enquanto o indivíduo que concorda com todos os direitos descritos pontuaria o valor de 100 na escala, ou seja, o maior grau de tolerância. No resultado, a distribuição do indicador segue a aproximação de uma curva normal com média 62,3 e desvio padrão 19,2, como se observa no histograma abaixo:

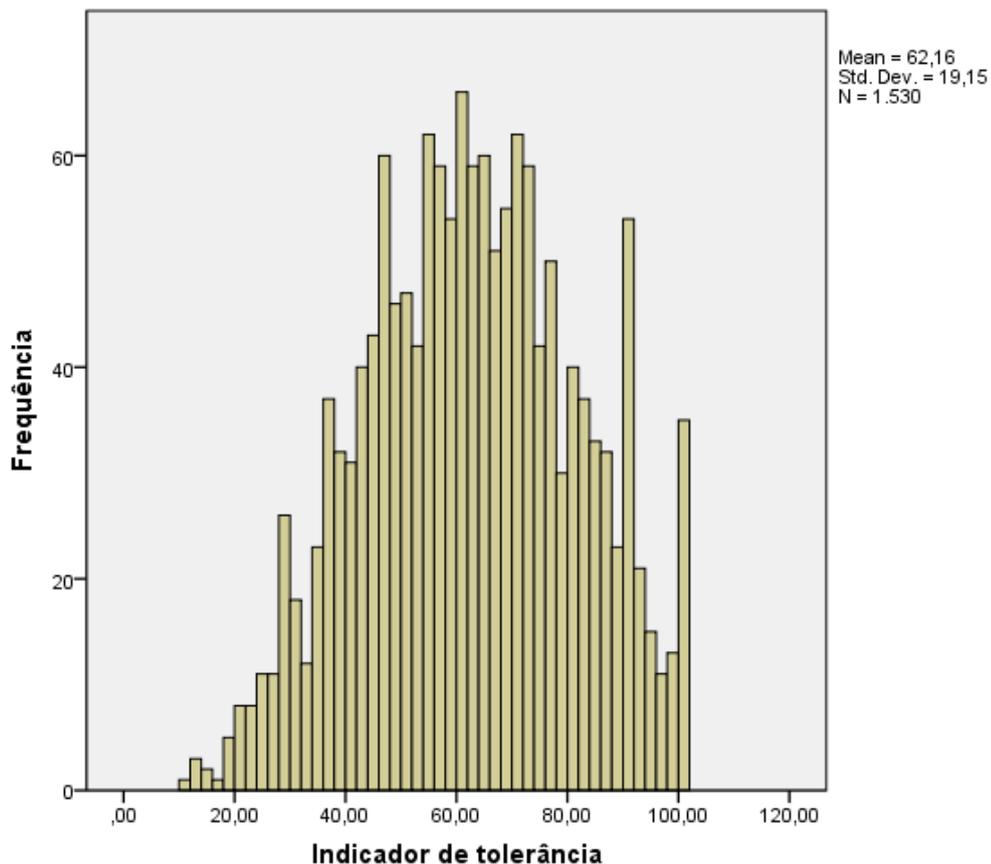


Gráfico 4: Indicador de tolerância.

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Infelizmente, os questionários LAPOP dos anos anteriores a 2016 não contaram com a bateria de perguntas que possibilitaram o índice construído neste trabalho, impossibilitando uma análise da evolução longitudinal dessa variável.

4.3 Os modelos econométricos sobre tolerância política

Foram construídos três modelos econométricos (OLS) no intuito de estimar o indicador de tolerância como variável dependente. Além das variáveis independentes avaliação egotrópica e sociotrópica da economia, que correspondem a hipótese central desse estudo, foram testados também as variáveis sexo, religião (católico, protestante tradicional, evangélico pentecostal, sem religião), anos de estudo, idade, macrorregião nacional, renda mensal habitacional, mobilidade social, carência de refeição, ser vítima de crime, mostrar insatisfação com a vida, desemprego, antipetismo e antipessedebismo, e posicionamento político como direita ou esquerda.

| Variáveis independentes | 1º Modelo | | 2º Modelo | | 3º Modelo | |
|-----------------------------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
| | B | Sig. | B | Sig. | B | Sig. |
| (Constante) | 67.032 | .000 | 66.000 | .000 | 68.192 | .000 |
| Mulher | 1.130 | .249 | 1.414 | .153 | 1.228 | .209 |
| Católico | -.773 | .640 | -.465 | .780 | -.730 | .658 |
| Protestante tradicional | -4.173 | .047* | -4.144 | .049* | -4.024 | .055 |
| Evangélicos pentecostais | -4.921 | .008* | -4.724 | .011* | -4.582 | .013* |
| Sem religião | .021 | .993 | .252 | .914 | .518 | .822 |
| Anos de escolaridade formal | .894 | .000* | .883 | .000* | .926 | .000* |
| Idade | -.295 | .000* | -.299 | .000* | -.297 | .000* |
| Nordeste | -1.597 | .325 | -1.097 | .502 | -1.464 | .364 |
| Centro Oeste | -1.184 | .511 | -1.195 | .509 | -.618 | .730 |
| Sudeste | .657 | .663 | .989 | .516 | 1.120 | .456 |
| Sul | -2.089 | .227 | -1.579 | .367 | -1.450 | .402 |
| Renda familiar mensal | .124 | .284 | .158 | .189 | .197 | .098 |
| Mobilidade ascendente | | | -1.461 | .210 | -1.592 | .168 |
| Mobilidade descendente | | | .629 | .597 | .562 | .633 |
| Sociotrópica melhor | | | 2.196 | .266 | 1.885 | .336 |
| Sociotrópica pior | | | -1.016 | .437 | -.635 | .623 |
| Egotrópica melhor | | | 1.643 | .246 | 1.688 | .227 |
| Egotrópica pior | | | 1.197 | .295 | 1.269 | .260 |
| Carencia de refeição | | | .363 | .814 | .757 | .621 |
| Vítima de crime | | | 1.998 | .081 | 2.146 | .058 |
| Insatisfação com a vida | | | -2.037 | .273 | -1.457 | .428 |
| Desempregado | | | -2.796 | .325 | -2.646 | .346 |
| Anti petista | | | | | -5.141 | .000 |
| Anti pessedebista | | | | | -1.316 | .235 |
| Esquerda | | | | | -.678 | .547 |
| Direita | | | | | 1.601 | .196 |

Tabela 5: Modelos econométricos para tolerância política.

Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

As variáveis religião (protestantes tradicionais e pentecostais), idade, vítima de crime e antipetismo foram negativas e estatisticamente significativas, ou seja, diminuem a tolerância política. O antipetista marca em média 5 pontos a menos na escala de tolerância que pessoas que não sentem desgosto pelo partido. Já a presença da variável protestante tradicional ou evangélico pentecostal pontua entre 4 e 5 pontos a menos na escala de tolerância que membros de outras religiões e ateus ou agnósticos, tornando o indivíduo alguns pontos mais próximo da intolerância.

Quanto à idade, cada ano a mais corresponde a menos 0,3 pontos na escala de tolerância. Considerando o efeito cumulativo, 10 anos a mais de idade trazem o indivíduo 3 pontos mais próximo da intolerância na escala, e em comparação, 40 anos de diferença de idade significam 12 pontos de distância na escala.

Apenas escolaridade foi positiva e estatisticamente significativa, ou seja, a quantidade de anos de estudo formal aumenta a tolerância política, mantidas constantes outras características do indivíduo. Cada ano de estudo tem impacto de 0.9 pontos na escala, e considerando o efeito cumulativo, 10 anos de estudo tem impacto de 9 pontos.

A hipótese central do trabalho não foi comprovada, uma vez que não foram encontradas correspondências significativas entre o grau de tolerância e a avaliação da economia nacional ou pessoal. Porém, foram descobertas variáveis que exercem significativo impacto na tolerância política: foi negativo e estatisticamente significativo o antipetismo, idade e religiosos das classificações evangélico pentecostal e protestante tradicional, ou seja, esses são os grupos mais intolerantes. Em contrapartida, maior escolaridade tende a aumentar o grau de tolerância dos indivíduos.

4.4 Análises longitudinais das atitudes de apoio à democracia

Primeiramente, a fim de contextualizar os indicadores que foram discutidos até aqui e ilustrar a evolução das atitudes políticas no Brasil, são expostas as frequências simples de dados retirados do LAPOP de 2006 aos mais recentes na data

de elaboração desse trabalho, referentes aos anos 2018/2019. Os três seguintes gráficos correspondem a variação longitudinal das perguntas que foram utilizadas para compreender o apoio ao sistema democrático e se ele se relaciona com avaliações da economia.

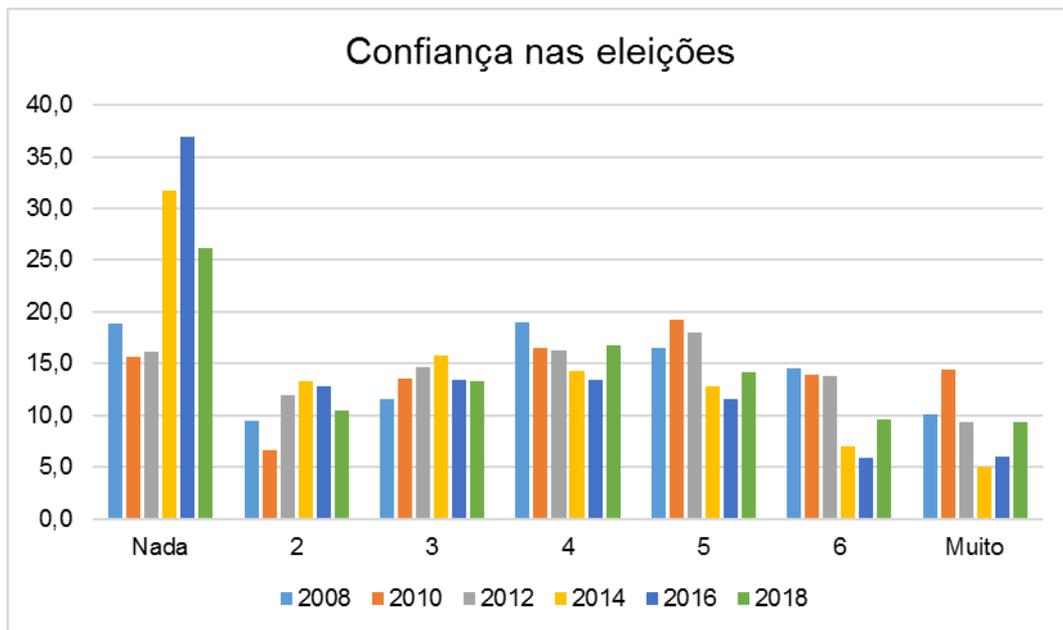


Gráfico 5: Confiança nas eleições.

Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Uma questão no questionário diz respeito à quanta confiança os entrevistados têm nas eleições em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa nenhuma e 7 significa total confiança. Chama atenção no gráfico que em 2016 a total desconfiança atingiu sua nota máxima, com 36,9% dos entrevistados, depois de ter apresentado expressivo aumento em 2014. Esse percentual mais que dobrou em relação a 2012, ano em que a extrema desconfiança era pouco mais de 15%. Em 2018, novamente, o quadro melhora. Outro fator preocupante é a baixa parcela de entrevistados que confia muito nas eleições. Em 2014, somente 5% dos entrevistados declarou ter máxima confiança, e esse número sobe para 9,4% em 2018.

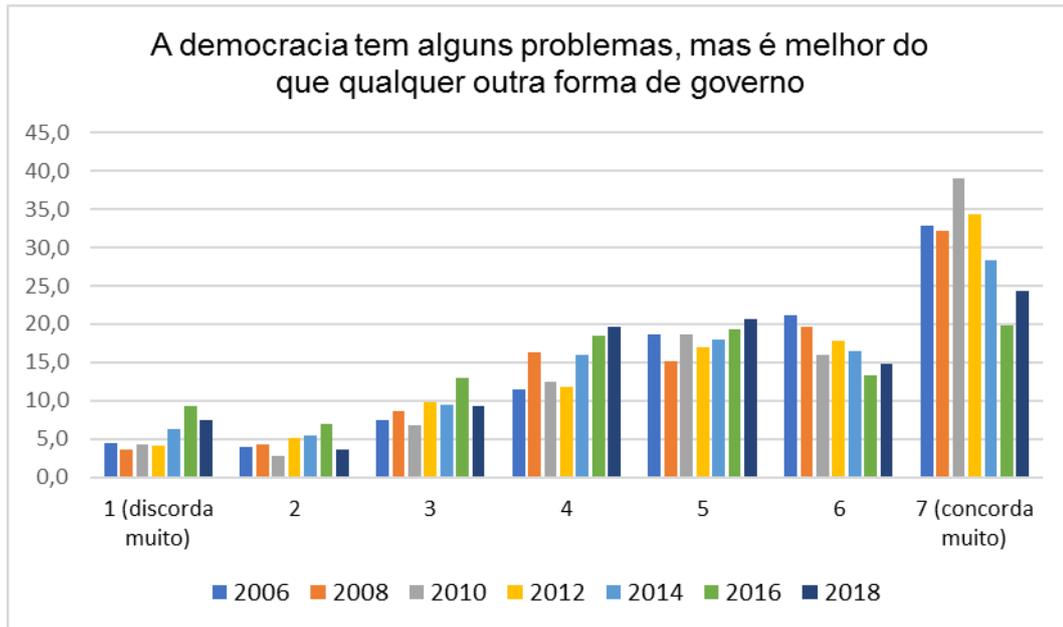


Gráfico 6: A democracia tem alguns problemas, mas é a melhor forma de governo.

Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

A figura 6 diz respeito à preferência do sistema democrático de governo. Os entrevistados responderam em uma escala de 1 a 7 o quanto concordam com a afirmação "a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo". O número de pessoas que responderam ter máxima concordância com essa afirmação atingiu seu ápice em 2010, com 38,9% dos entrevistados, e depois apresentou queda até 2016, com apenas 19,8%. O número de pessoas que atribuiu nota mínima, ou seja, máxima discordância, aumentou até essa data. No entanto, em 2018 houve uma sutil melhora do quadro.

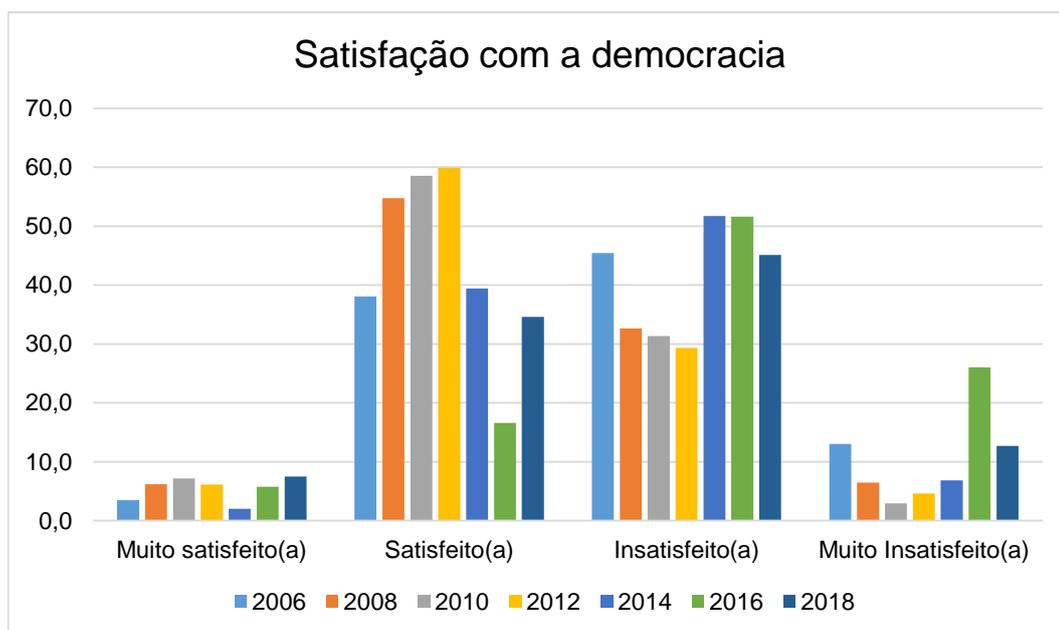


Gráfico 7: Satisfação com a democracia.

Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Outra pergunta no questionário requisitava que o entrevistado respondesse “De uma maneira geral, o(a) sr./sra. está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito(a) ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?”. As respostas longitudinais são exibidas no gráfico em quatro categorias: muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito e muito insatisfeito. Em nenhum ano estudado o número de muito satisfeitos ultrapassa 7,5%, as respostas tendem a se concentrar em satisfeito ou insatisfeito. Ainda assim, as respostas declarando insatisfação foram mais frequentes a partir de 2014; nesse ano, em relação a 2012, a insatisfação cresceu mais de 20 pontos percentuais.

Em 2016 16,6% se declararam satisfeitos contra 51,6% que estavam insatisfeitos. O número de muito insatisfeitos nesse mesmo ano foi 26%, o percentual mais alto em todo o período analisado. Novamente, houve uma sutil diminuição da insatisfação em 2018, e uma diminuição considerável da insatisfação extrema.

A conclusão que pode ser tirada a partir da análise dos dados anteriores é que a partir do ano de 2014, e principalmente no ano de 2016 as respostas indicaram uma queda no apoio ao sistema democrático. Ocorreu queda na preferência da democracia como forma de governo, um aumento no número de insatisfeitos e muito insatisfeitos com o sistema democrático e aumento do percentual de uma extrema desconfiança com as eleições, que dobrou de 2012 a 2016.

Cabe lembrar os gráficos 1 e 2, referentes as avaliações da economia nacional e pessoal. Nos anos de 2014 e 2016 a maior parcela das pessoas afirmou que a economia nacional piorou. Quanto a avaliação egotrópica, essa também observou o número de avaliações como “pior” prevalecer em 2016.

4.5 Variáveis atitudinais de apoio à democracia

Para operacionalizar as variáveis de apoio ao sistema democrático foi utilizado um conjunto de variáveis atitudinais referente à satisfação e apoio ao sistema democrático, assim como confiança nas eleições. Os gráficos a seguir dizem respeito a interferência das variáveis independentes avaliação sociotrópica, avaliação egotrópica e mobilidade social nessas atitudes. Foi possível realizar os cruzamentos de avaliação sociotrópica e egotrópica para os anos de 2016 e 2018. Já os dados de mobilidade para o ano de 2018 não puderam ser aferidos, pois o questionário do referente ano não contou com as perguntas utilizadas para construção dessa variável.

O primeiro gráfico dessa série diz respeito ao nível de confiança nas eleições; foi indagado aos entrevistados numa escala de 1 a 7, onde 1 significa nenhuma confiança e 7 total confiança, como se sentiam em relação às eleições no Brasil.

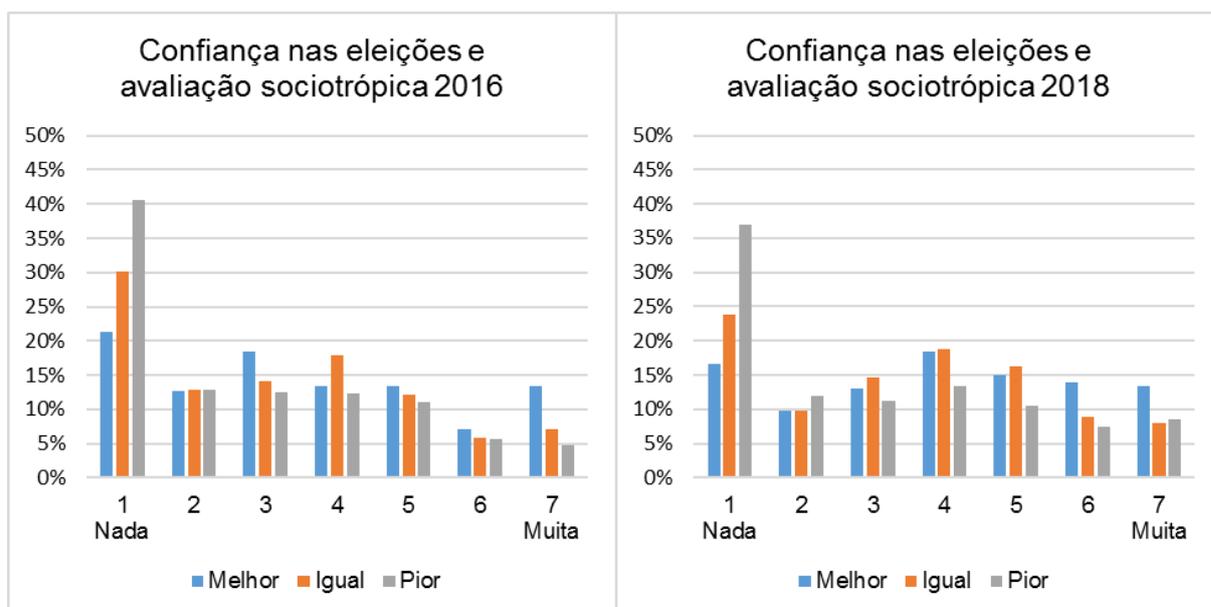


Gráfico 8: Confiança nas eleições e avaliação sociotrópica.

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Ao analisar a confiança nas eleições pela avaliação sociotrópica da economia as diferenças tornam-se mais salientes. Em 2016, é possível afirmar que é duas vezes mais provável encontrar um indivíduo que não tem confiança nenhuma nas eleições entre os que avaliam que a economia do país piorou do que entre os que acreditam que melhorou. Na outra ponta, total confiança nas eleições, o inverso também pode ser afirmado: 13,5% entre os que avaliam a melhora da economia, enquanto apenas 6% dos que acreditaram que a economia havia piorado confiam totalmente nas eleições.

No ano de 2018, as respostas seguem o mesmo padrão: 37% das pessoas que avaliam a economia do país como pior atribuem nota 1 ao grau de confiança nas eleições, em contraste a 16,7% dos que avaliam a economia como melhor. Uma inversão ocorre no outro extremo da escala, onde as pessoas que avaliam bem a economia ultrapassam as que avaliam mal.

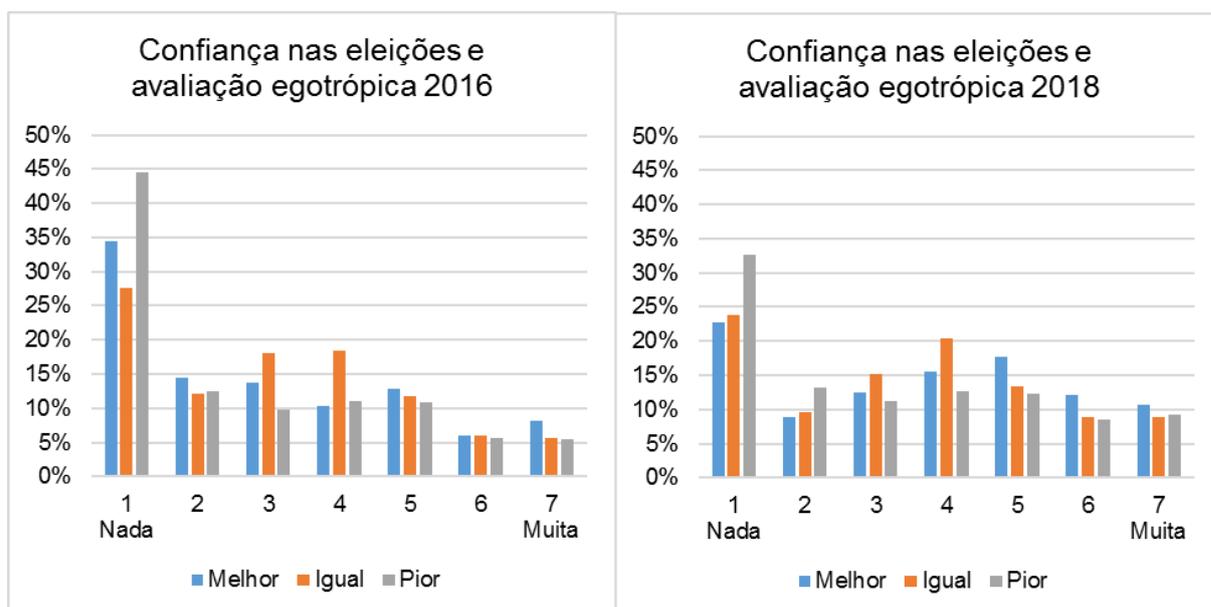


Gráfico 9: Confiança nas eleições e avaliação egotrópica.

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Também existe diferença na distribuição da escala quanto à avaliação egotrópica da economia, porém é menos acentuada que quanto à avaliação sociotrópica. Os resultados desse cruzamento de variáveis para 2016 mostram que 46,6% dos que avaliam que a economia pessoa está pior declaram máxima

desconfiança nas eleições, contra 27,6% das pessoas que avaliam sua própria economia como igual ou 34,4% que dizem estar melhor.

O ano de 2018 segue o padrão da análise anterior, com diferença de 10 pontos percentuais entre os que avaliam a situação econômica do país como pior e os que afirmaram que a economia melhorou no grupo que respondeu não confiar nada. Cabe lembrar que em 2018 houve uma melhora no quadro de confiança nas eleições em comparação a 2016.

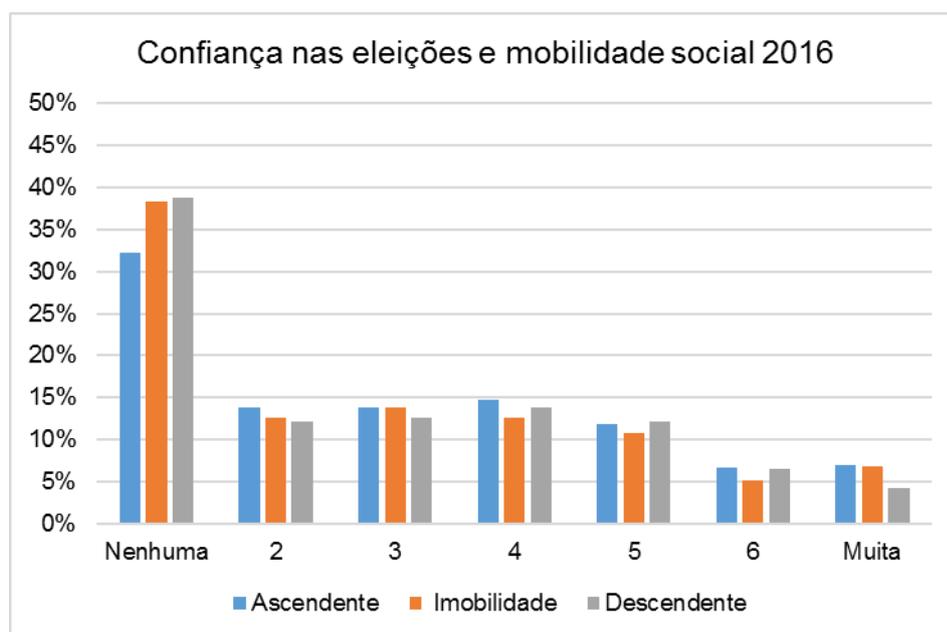


Gráfico 10: Confiança nas eleições e mobilidade social

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Em 2016, ano em que mais de um terço dos entrevistados declarou não ter confiança alguma nas eleições, a nota 1 chega a alcançar 38,8% entre os que perceberam mobilidade descendente. A confiança total nas eleições não chega a 7% entre os que perceberam mobilidade ascendente e desce a 4,2% entre os descendentes.

No que concerne ao suporte à forma democrática de governo, foi indagado sobre a concordância/discordância com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo a despeito dos seus problemas. Os achados empíricos confirmam os resultados anteriores aqui demonstrados, que tanto a mobilidade social percebida quanto a avaliação da economia sociotrópica impactam nos extremos da avaliação de

concordância/discordância com a afirmação da democracia ser a melhor forma de governo.

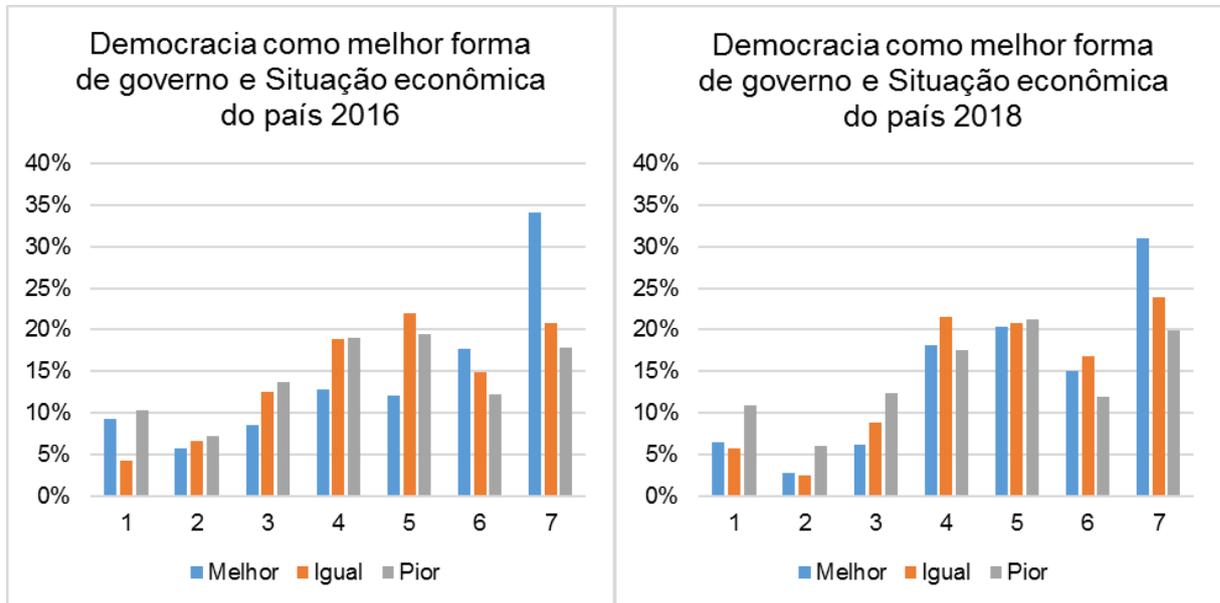


Gráfico 11: Democracia como melhor forma de governo e situação econômica do país

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Em 2016, avaliação da economia nacional tem impacto mais marcante que a avaliação egotrópica e a mobilidade social nos extremos da escala. Chega a atingir quase duas vezes mais concordância total quando se compara as categorias de que acreditam que a economia melhorou (34% de concordância total) com aqueles que acreditam que a economia piorou (17,9% de concordância total).

Em 2018, o padrão se repete, uma vez que entre as pessoas que avaliam a economia do país como pior, 20% concordam fortemente que a democracia é a melhor forma de governo, contra 31% das pessoas que perceberam melhora econômica.

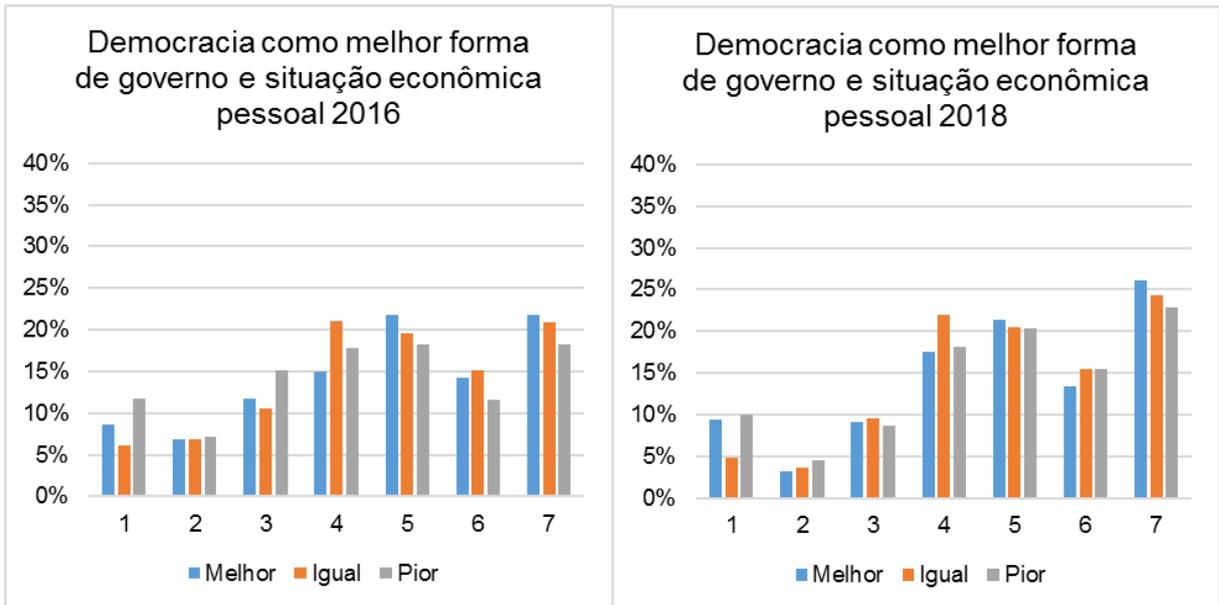


Gráfico 12: Democracia como melhor forma de governo e situação econômica pessoal

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Quanto à avaliação egotrópica, existe uma pequena diferença entre as avaliações de melhora e piora nos extremos das escalas nos dois anos avaliados, porém não ultrapassa 5 pontos percentuais. Ou seja, essa variável explicativa não causou tanto impacto na preferência pela democracia como forma de governo quanto a avaliação egotrópica.

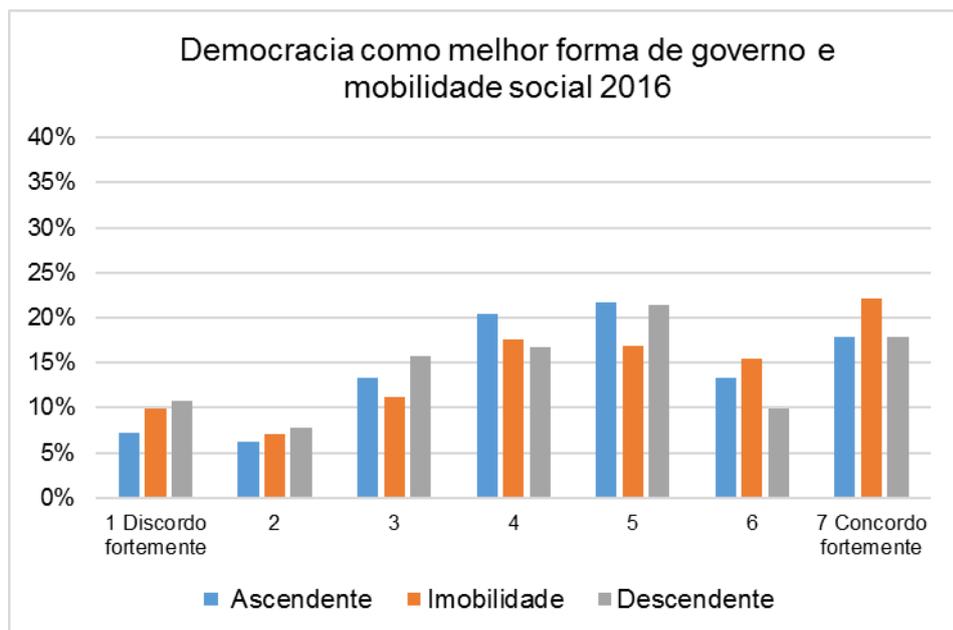


Gráfico 13: Democracia como melhor forma de governo e mobilidade social

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

A figura 12 é referente a explicação da preferência da democracia como forma de governo pela variável independente mobilidade social. Mais uma vez, o impacto causado pela variável explicativa não ocorre com intensidade da variável sociotrópica.

Outra forma de operacionalizar as atitudes em relação com a democracia foi por meio da indagação acerca da satisfação com o funcionamento do sistema democrático. A pergunta indagava os entrevistados da seguinte forma: “*De uma maneira geral, o sr. está muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?*”.

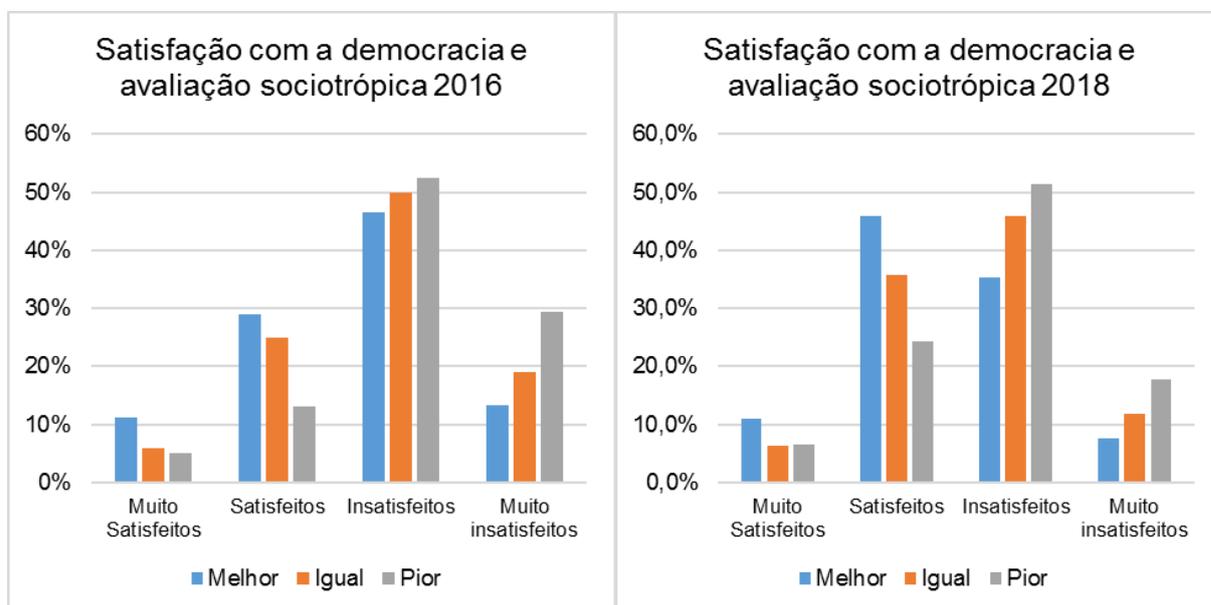


Gráfico 14: Satisfação com a democracia e avaliação sociotrópica.

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

A figura 14 chama a atenção para concentração de respondentes insatisfeitos e muito insatisfeitos com o regime democrático, que alcança 77% da população em 2016 e 58% em 2018. Claramente é possível perceber um impacto da variável explicativas no sentido crescente de insatisfação conforme avaliação da economia do país como pior. Em 2016, o número de satisfeitos atinge 29% das pessoas que avaliaram a economia como melhor, em contraste a 13% das que avaliaram como pior. Ainda nesse ano, 13,4% das pessoas que avaliaram a economia como melhor

afirmaram muita insatisfação com a democracia, contra 29,3% ente os indivíduos que classificaram como pior.

Em 2018 o padrão se repete, porém com um número menor de pessoas muito insatisfeitas com a democracia. No grupo que diz estar “satisfeito” com o funcionamento da democracia, a diferença entre o número de pessoas que perceberam a economia do país como melhor e as que relataram piora foi de mais de 20 pontos percentuais. 51,3% dos indivíduos que avaliaram a situação do país como pior estão insatisfeitos com a democracia, em contraste a 35,4% que avaliam melhora.

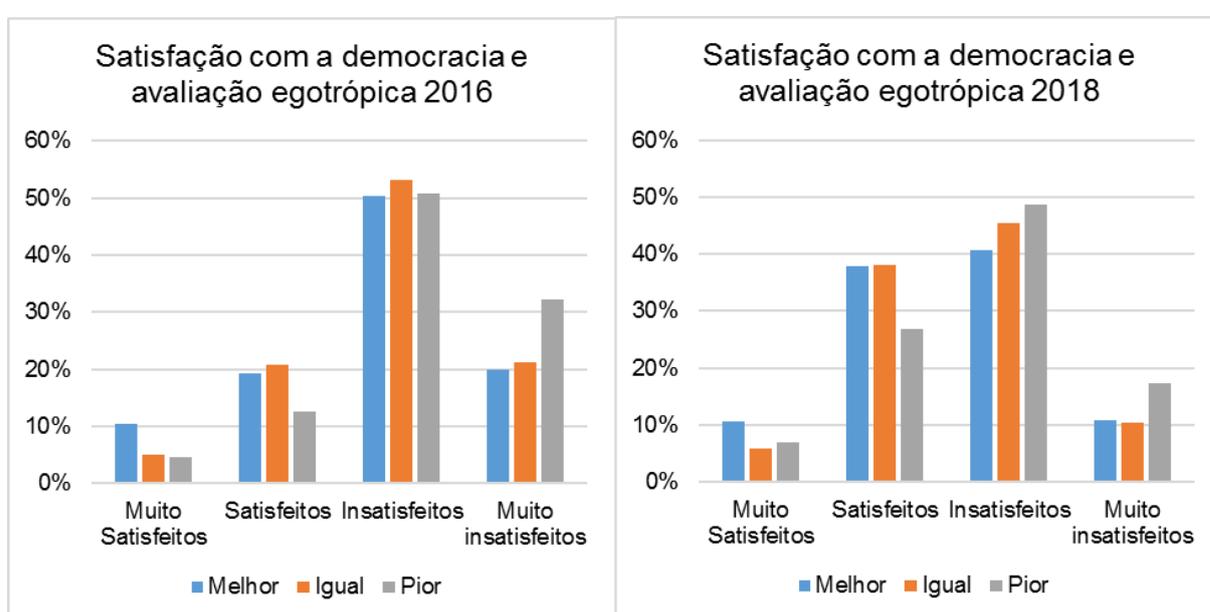


Gráfico 15: Satisfação com a democracia e avaliação egotrópica.

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Já a avaliação egotrópica impacta a satisfação com democracia, porém em menor intensidade. Entre os muito insatisfeitos em 2016, os que avaliaram a economia pessoal como pior superam os outros dois grupos em 10 pontos percentuais. Em 2016, a diferença mais evidente foi entre os satisfeitos, uma vez que os que avaliam a própria economia com melhor ou igual superam os que avaliam como pior em mais de 10 pontos percentuais.

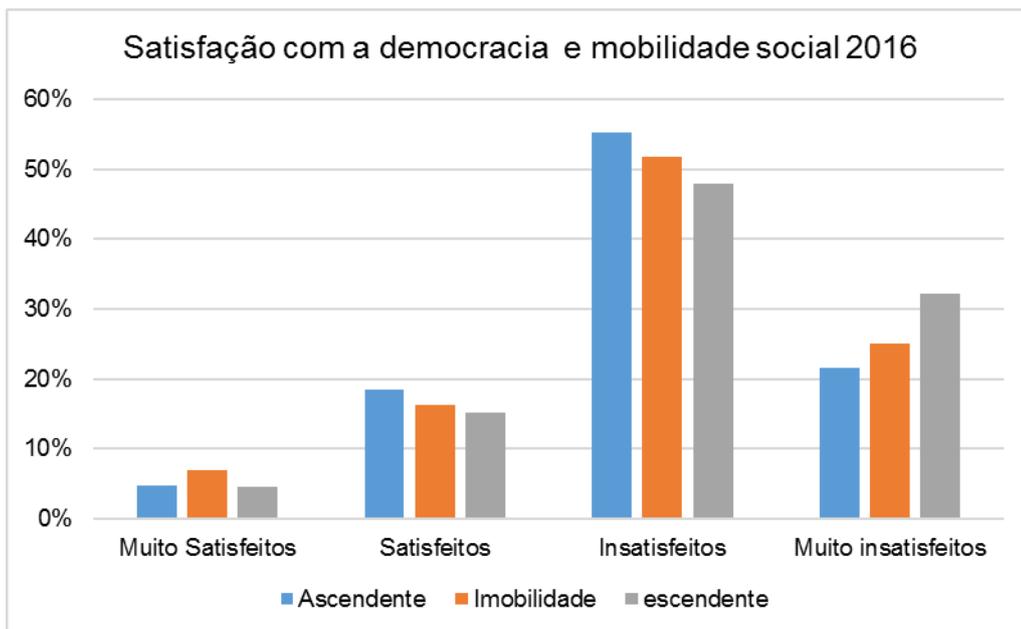


Gráfico 16: Satisfação com a democracia e mobilidade social.

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Não há diferenças fortes entre os grupos de mobilidade social a não ser no extremo dos que se declaram muito insatisfeitos. A diferença entre indivíduos de mobilidade ascendente e descendente que se mostraram muito insatisfeitos foi de 11 pontos percentuais, ou seja, 21,5% dos ascendentes está muito insatisfeito, contra 32,2% dos descendentes.

Por fim, os resultados descritos apontam que as percepções sobre economia e mobilidade social impactam o apoio ao sistema democrático, mas principalmente as avaliações sociotrópicas da economia, que interferiram significativamente nos níveis confiança nas eleições, a satisfação com a democracia e a preferência pela forma democrática de governo. Ou seja, avaliar bem a economia do país tende a levar os indivíduos a declarar mais apoio incondicional ao sistema democrático e igualmente se mostrarem com graus de insatisfação menores.

4.6 Apoio a modelos autoritários

Um dos objetivos do trabalho é compreender a relação entre apoio a formas autoritárias de governo com as variáveis independentes a respeito da situação econômica. Foram analisadas três situações de acordo com as perguntas encontradas no questionário LAPOP. Na primeira situação, os entrevistados eram

perguntados se um golpe militar seria justificável quando há muito crime; na segunda, se justificaria quando há muita corrupção; e na terceira, se era aceitável que o presidente feche o congresso e governe sem ele caso o país esteja enfrentando dificuldades.

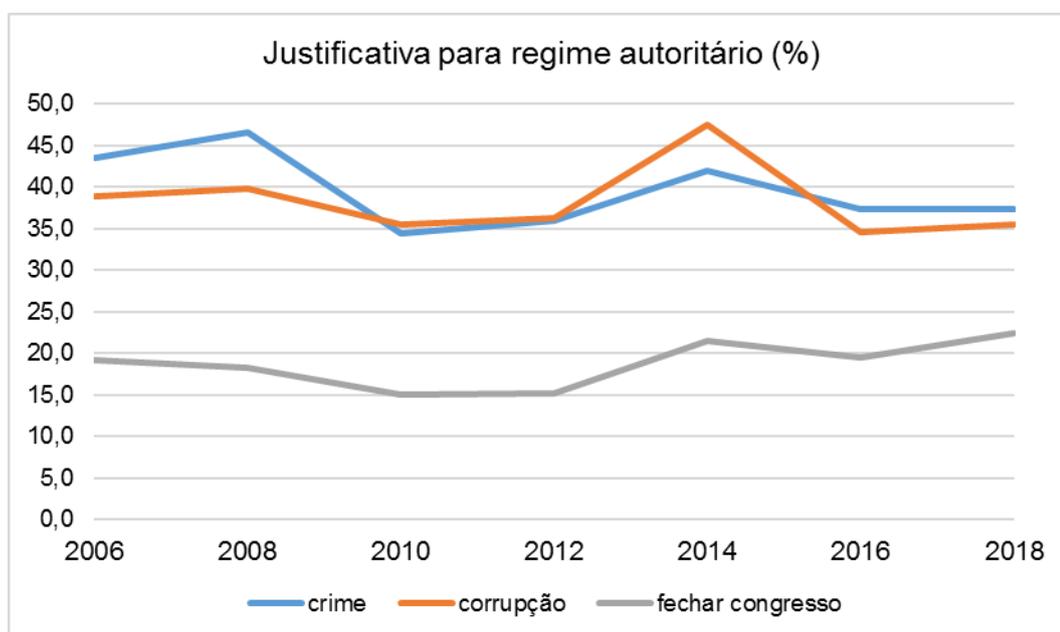


Gráfico 17: Justificativa para regimes autoritários.

Fonte: dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Na análise longitudinal do apoio ao golpe militar no Brasil foram estudados os dados dos anos de 2006 a 2018, extraídos do LAPOP. Foi possível estimar a porcentagem de indivíduos que foi a favor de golpe militar quando há muito crime, do golpe quando há muita corrupção e de o presidente governar sem o congresso, no decorrer dos anos analisados. Enquanto o apoio ao fechamento do congresso não mostrou grande variação, que corresponde a entre 15% e 20%, a concordância com o golpe quando há crime teve seu ápice em 46,6% em 2008, e o consentimento a golpe justificado por corrupção foi de 47,6 em 2014. Ambos os últimos tiveram variação entre 34 e 48% ao longo do período.

A tabela a seguir mostra a razão de chances para fechamento do congresso e apoio a golpes militares quando há crime e corrupção, de acordo com as variáveis analisadas. A razão de chances (*odds ratio*) é definida como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de acontecer em outro grupo. Ou seja, a probabilidade de ocorrência deste evento dividida pela probabilidade de sua não

ocorrência.

| Variáveis na equação | Crime | | Corrupção | | Fechamento do Congresso | |
|-------------------------|-------|--------|-----------|--------|-------------------------|--------|
| | Sig. | Exp(B) | Sig. | Exp(B) | Sig. | Exp(B) |
| Mulher | .017* | .702 | .431 | .887 | .068 | .769 |
| Católico | .834 | 1055 | .460 | 1222 | .286 | 1320 |
| Protestante tradicional | .770 | 1098 | .205 | 1521 | .889 | 1048 |
| Evangelico pentecostal | .412 | 1254 | .522 | 1209 | .471 | 1228 |
| Sem religião | .277 | .648 | .893 | 1053 | .524 | 1260 |
| Anti petista | .003* | 1632 | .840 | 1035 | .625 | .926 |
| Anti pessedebista | .034* | .702 | .255 | 1216 | .530 | .904 |
| Esquerda | .328 | 1186 | .472 | .883 | .836 | 1036 |
| Direita | .276 | 1226 | .311 | .824 | .036* | 1450 |
| Mobilidade ascendente | .835 | 1038 | .904 | .979 | .725 | .942 |
| Mobilidade descendente | .028* | 1451 | .628 | .916 | .835 | .966 |
| Escolaridade | .716 | .992 | .087 | .962 | .130 | .969 |
| Idade | .104 | 1008 | .373 | 1005 | .013* | 1012 |
| Sociotrópica melhor | .617 | 1167 | .386 | 1302 | .687 | 1124 |
| Sociotrópica pior | .051 | 1508 | .290 | 1247 | .174 | 1307 |
| Vítima | .940 | 1013 | .971 | 1006 | .894 | 1022 |
| Insatisfação com a vida | .516 | 1184 | .208 | 1383 | .881 | 1039 |
| Desempregado | .889 | .941 | .259 | 1557 | .181 | 1667 |
| Renda Familiar | .625 | .992 | .987 | 1000 | .008* | .955 |
| Constante | .000 | .099 | .000 | .155 | .000 | .183 |

Tabela 6: Modelos de razão de chances para apoio a formas autoritárias de governo.

Fonte: Dados elaborados com base em The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org

Nível de significância: *p<.05

Na análise dos modelos econométricos é possível perceber que no modelo de apoio ao golpe quando há muita corrupção não foram encontrados resultados estatisticamente significativos. Em contrapartida, considerando a afirmação em que golpe militar é justificável em situações de muito crime se percebeu que a mobilidade social apresentou interferência, de forma que indivíduos com percepção de mobilidade social descendente tem 45% de chance a mais de apoiar golpes militares em caso de crime. A avaliação sociotrópica também influenciou esse caso, acarretando em 50% a mais de probabilidade de apoio ao golpe.

Ainda considerando o modelo para apoio a golpe militar quando há muito crime, foi significativa e positiva a variável antipetista e negativa a variável antipeessedebista. Assim, as chances de um indivíduo apoiar golpe quando há muito crime aumentam em 63% caso ele seja antipetista. O antipeessedebista tem 30% a menos de chance de apoiar golpes nesse contexto que indivíduos que não apresentam extremo desgosto pelo PSDB. Foi significativa e negativa também a variável mulher, ou seja, mulheres apresentam 30% a menos de chance que homens de achar justificável o regime militar em casos de demasiado crime.

Finalmente, no modelo para justificativa ao fechamento do congresso para que o presidente governe sozinho, foi significativa e positiva a variável ser de direita e idade, direitistas com 45% a mais de chance que pessoas que não o são e idade interferindo em 1% de chance a mais a cada ano de vida. O efeito acumulativo faz com que esse percentual possa subir com a diferença de idade, ou seja, um indivíduo 30% mais velho tem 30% de chance a mais de apoiar o fechamento do congresso. Para esse caso, foram negativas a variável renda. Dessa forma, ter maior renda acarreta em 5% menos chance de o indivíduo apoiar o fechamento do congresso.

Em suma, no modelo para apoio ao golpe em situação de muito crime, foram significativas a mobilidade social descendente, a avaliação sociotrópica e o antipeestismo, de forma que esses grupos apoiam mais o golpe, e as variáveis mulher e antipeessedebistas atuam de forma a diminuir a chance de apoio ao golpe. Já no modelo para justificativa ao fechamento do congresso para que o presidente governe sozinho, apresentaram mais concordância indivíduos direita e maior idade, concordaram menos os indivíduos de maior renda. No modelo de apoio ao golpe quando há muita corrupção não foram encontrados resultados estatisticamente significativos.

5. Conclusão

A pesquisa de dissertação exposta teve como objetivo evoluir no entendimento da cultura política brasileira, principalmente no que concerne a adesão ao sistema democrático de governo e a tolerância política expressada pela população. Cabe reiterar que o trabalho não objetivou discutir possíveis impactos culturais na manutenção da democracia, e sim tentar apreender como os resultados democráticos afetaram a opinião pública nos últimos anos.

O trabalho contou com uma breve revisão dos estudos mais recentes acerca dessa temática no Brasil e alguns na América Latina, de forma alguma com intenção de exaurir toda a literatura sobre o tema. Na primeira parte da revisão foi abordada a teoria do surgimento dos valores pós-modernos, que estariam relacionados a uma maior adesão a democracia e seus valores, como a tolerância política. Foram analisados na segunda seção trabalhos que buscaram compreender a adesão à democracia, utilizando determinantes contextuais e individuais como variáveis de explicação, além de estudos que testaram a adesão aos valores democráticos entre pessoas que afirmam preferir a democracia como forma de governo.

Na terceira parte foram analisadas obras que contemplam o tema da tolerância política; tanto as obras clássicas que evidenciam a importância da tolerância no regime como democrático, quanto os mais recentes trabalhos sobre a evolução e os condicionantes da tolerância política no Brasil. Por último, foram explorados trabalhos que colocaram em discussão determinantes econômicos de resultados eleitorais e democráticos, considerando a teoria do voto econômico. Foram priorizados estudos do caso brasileiro, sejam eles utilizando dados econômicos macroestruturais ou variáveis subjetivas de análise do desempenho governamental, avaliação econômica pessoal ou mesmo modelos analíticos com variáveis de caráter contextual, como a influência da economia global.

O trabalho teve finalidade principal de aferir se as três variáveis dependentes, tolerância política, adesão a democracia e apoio ao golpe, sofreram influência da percepção econômica nacional e pessoal e da mobilidade social. A questão por trás dos indicadores econômicos testados no presente estudo é a melhora em certos indicadores econômicos macroestruturais (como PIB, inflação) não necessariamente implica em percepção de melhora, e, por sua vez, sem a percepção de mudança, ela não tem impacto em suas atitudes. A hipótese é que as pessoas estão baseando seus

juízos sobre política em experiência vivida. A sensação de melhora de vida (ou piora) tende a melhor aferida através da pergunta sobre a economia percebida, eis a escolha da avaliação sociotrópica e egotrópica retrospectiva.

Algumas conclusões podem ser feitas a partir dos resultados do estudo. Primeiramente, quanto à discussão da tolerância política, o tema tem grande relevância uma vez que é possível compreender que os conceitos de tolerância política, participação pública e liberdade de expressão estão correlacionados. Por isso se dá a importância da tolerância política como um valor democrático. Uma vez que a democracia é a forma de governo que combina participação política e contestação pública, cabe inferir que sem divergência de posições políticas e tolerância a essa divergência o regime perde suas dimensões principais.

Assim, a tolerância à alguém não requer que se abandone a discordância, apenas impõe limites a forma como tratar o conflito (SCANLON, 2009). O objetivo do trabalho foi encontrar fatores que propiciariam a tolerância, e a hipótese testada colocava que a variável de tolerância seria afetada de acordo com as avaliações individuais da condição econômica pessoal e do país. Assim, era esperado que o sentimento de melhora econômica se traduziria em sentimento que a vida desse indivíduo melhorou, não importa o que os grupos contrários façam, e os resultados mostrariam maior tolerância. Essa hipótese não foi comprovada, uma vez que uma vez que não foram encontradas correspondências significativas entre o grau de tolerância e a avaliação da economia nacional ou pessoal ou mesmo mobilidade econômica.

Cabe destacar que tolerância abordada nesse trabalho foi estudada de modo a aferir atitudes a respeito de grupos desgostados, os partidos ou filiados a eles e grupos de minorias. Um diferencial quanto às pesquisas anteriores foi a inclusão da variável antipartidarismo, que se mostrou uma variável explicativa significativa.

Assim, foi realizada a investigação sobre outros condicionantes da atitude de tolerar, na qual foram relacionadas características individuais e atitudes políticas com o índice de tolerância. Desse modo, foram descobertas variáveis que exercem significativo impacto na tolerância política. Primeiramente, sobre os grupos mais intolerantes: foi negativo e estatisticamente significativo o antipetismo, religiões das classificações evangélico pentecostal e protestante tradicional e maior idade, com efeito cumulativo.

Em outras palavras, o antipetista marca em média 5 pontos a menos na escala de tolerância que pessoas que não sentem desgosto pelo partido. Já a presença da variável protestante tradicional ou evangélico pentecostal pontua entre 4 e 5 pontos a menos na escala de tolerância que membros de outras religiões e ateus ou agnósticos, tornando o indivíduo alguns pontos mais próximo da intolerância. Quanto à idade, cada ano a mais corresponde a menos 0,3 pontos na escala de tolerância. Considerando o efeito cumulativo, 10 anos a mais de idade trazem o indivíduo 3 pontos mais próximo da intolerância na escala, e em comparação, 40 anos de diferença de idade significam 12 pontos de distância na escala.

Apenas escolaridade foi positiva e estatisticamente significativa, ou seja, a quantidade de anos de estudo formal aumenta a tolerância política, mantidas constantes outras características do indivíduo. Cada ano de estudo tem impacto de 0.9 pontos na escala, e considerando o efeito cumulativo, 10 anos de estudo tem impacto de 9 pontos.

Os achados quanto à escolaridade reiteram as conclusões de Ribeiro (RIBEIRO; BORBA, 2010), que usou dados produzidos pela Pesquisa Mundial de valores, nos anos de 1991, 1997 e 2006 e concluiu que indivíduos mais escolarizados tendem a valorizar mais a tolerância como uma qualidade importante. Todavia, ao contrário do artigo de Ribeiro, não foi encontrado impacto significativo quanto uma maior tolerância das mulheres. De modo similar, o artigo não encontrou distinção entre grupos etários mais velhos e mais jovens nesse quesito, já no presente estudo a intolerância aumenta conforme a idade.

Também é possível estabelecer relação com o estudo de Ribeiro, Borba e Fuks (2014) que estudaram também a escolaridade como fator explicativo de tolerância, porém aferindo o impacto dos anos de democracia na variável. Concluíram que o legado democrático está associado positivamente a média da tolerância entre os países estudados e o grau do efeito da escolaridade sobre a tolerância política depende de fatores político-institucionais relacionados à duração e à qualidade da democracia de um país. Em outras palavras, ao mesmo tempo que a estabilidade e a qualidade democrática tendem a elevar a tolerância política, elas aumentam o hiato entre a tolerância dos indivíduos com maior e menor escolaridade.

Quanto ao apoio democrático, mais uma vez, foi esperado que o estado da economia no país se manifestasse nas percepções individuais dos cidadãos e afetasse o apoio ao sistema democrático. A hipótese foi que uma boa avaliação da a

economia do país e percepção de mobilidade social ascendente levaria os indivíduos a declararem mais apoio e satisfação em relação ao sistema democrático, enquanto um cenário em que situação econômica nacional e pessoal é percebida como pior levaria indivíduos a responsabilizar a democracia, mostrando menos apoio e satisfação. Destarte, se o indivíduo julga que a situação econômica vai mal, ele pode acreditar que as vias democráticas não são capazes de resolver o problema. O contrário ocorreria se a economia vai bem, ou seja, se observaria bom julgamento e maior apoio ao regime democrático, por atribuir a ele parte do mérito ou apenas crer que esse não constitui impedimento a melhora.

Nesse quesito, foram exploradas duas dimensões atitudinais: a primeira em relação ao apoio e à satisfação com o sistema democrático e a segunda concernente a justificativas de golpes militares. No quesito apoio a democracia, as variáveis de mobilidade de classe e avaliação sociotrópica da economia demonstraram estar relacionadas com os extremos das escalas. Ou seja, avaliar bem a economia do país e perceber mobilidade social ascendente tende a levar os indivíduos a declarar mais apoio incondicional ao sistema democrático e igualmente se mostrarem com graus de insatisfação menores.

Foram realizados cruzamentos entre as variáveis explicativas avaliação sociotrópica da economia, avaliação egotrópica da economia e mobilidade social com as variáveis relacionadas ao apoio à democracia, que por sua vez são confiança nas eleições, satisfação com o regime democrático e concordância com a democracia como melhor forma de governo.

Com frequência as três variáveis analisadas mostraram impacto nos extremos das escalas das medidas de apoio à democracia, porém a maior correspondência ocorreu com a avaliação sociotrópica. Em 2016 e 2018 é possível afirmar que é duas vezes ou mais provável encontrar um indivíduo que não tem confiança nenhuma nas eleições entre os que avaliam que a economia do país piorou do que entre os que acreditam que melhorou.

Quanto à concordância com a democracia como melhor forma de governo, em 2016, existiu diferença notável de concordância total entre as categorias de que acreditam que a economia melhorou (34%) com aqueles que acreditam que a economia piorou (17,9%). Em 2018, o padrão se repete, uma vez que entre as pessoas que avaliam a economia do país como pior, 20% concordam fortemente que

a democracia é a melhor forma de governo, contra 31% das pessoas que perceberam melhora econômica.

Essa variável explicativa também interfere no sentido de crescente insatisfação conforme avaliação da economia do país é classificada como pior. Em 2016, o número de satisfeitos atinge 29% das pessoas que avaliaram a economia como melhor, em contraste a 13% das que avaliaram como pior. Ainda nesse ano, 13,4% das pessoas que avaliaram a economia como melhor afirmaram muita insatisfação com a democracia, contra 29,3% entre os indivíduos que classificaram como pior. Em 2018 o padrão se repete, porém com um número menor de pessoas muito insatisfeitas com a democracia. No grupo que diz estar “satisfeito” com o funcionamento da democracia, a diferença entre o número de pessoas que perceberam a economia do país como melhor e as que relataram piora foi de mais de 20 pontos percentuais. 51,3% dos indivíduos que avaliaram a situação do país como pior estão insatisfeitos com a democracia, em contraste a 35,4% que avaliam melhora.

Por fim, foi realizada uma análise aferindo as características individuais que são encontradas em maior ou menor propensão em pessoas pró-governos autoritários. A hipótese nesse caso considera que as avaliações egotrópicas e sociotrópicas da economia também afetariam o apoio a medidas autoritárias de governo. Uma piora econômica levaria, nesse caso, o indivíduo a defender medidas autoritárias por acreditar que seria solução para melhorar a economia do país, e também sua própria condição. A partir de então, foi buscada a compreensão os condicionantes do apoio ao golpe militar e do apoio ao fechamento do Congresso. A pergunta de pesquisa busca responder quem são os apoiadores de formas autoritárias de governo no país.

Ao se analisar as justificativas para golpes, três foram as situações: golpe militar em situações de muito crime, golpe em situação de muita corrupção e fechamento do congresso para o que o presidente governe sem interferências. Assim, no modelo para apoio ao golpe em situação de muito crime, foram significativas a mobilidade social descendente, a avaliação sociotrópica e o antipeestatismo, de forma que esses grupos apoiam mais o golpe, e as variáveis mulher e antipeessedebistas atuam de forma a diminuir a chance de apoio ao golpe. Com isso, se confirmam as hipóteses que mobilidade social descendente e avaliação da economia do país como pior influencia para que o indivíduo apoie essa forma autoritária de governo.

Já no modelo para justificativa ao fechamento do congresso para que o presidente governe sozinho, apresentaram mais concordância indivíduos direita e

maior idade, concordaram menos os indivíduos de maior renda. No modelo de apoio ao golpe quando há muita corrupção não foram encontrados resultados estatisticamente significativos. Ou seja, nos dois últimos modelos a hipótese não comprovada.

Esses resultados apontam que as percepções sobre economia e mobilidade social impactam o apoio ao sistema democrático, principalmente, as avaliações sociotrópicas da economia, que interferiram significativamente nos níveis confiança nas eleições, a satisfação com a democracia e a preferência pela forma democrática de governo. Os resultados representam avanço no conhecimento acerca do funcionamento da democracia no Brasil uma vez que vão além da concepção que a economia impacta no voto ou na avaliação presidencial, na direção que até mesmo o sistema democrático pode ser responsabilizado por resultados econômicos insatisfatórios.

Assim, os dados conduzem à percepção da fragilidade do apoio ao sistema democrático. Esse apoio é relevante uma vez que significaria que as pessoas valorizam a democracia em si mesma, mesmo que os resultados que ela possa gerar sejam discrepantes com sua opinião pessoal. Todavia, os resultados desse artigo apontaram que para muitos brasileiros a democracia não seria um sistema desejável por si só, sua desejabilidade dependeria dos resultados que entrega. Isso é problemático uma vez que um país inserido em um sistema econômico global pode sofrer interferência de fatores exógenos que abalem sua economia, o que viria a prejudicar a satisfação da população com o sistema democrático.

A literatura recente já abarcou exemplos de fatores que interferem na economia de um país e fogem do controle do governo. Como foi discutido, Campello e Zucco (CAMPELLO; ZUCCO, 2016) afirmam que os países sul-americanos são extremamente vulneráveis a flutuações nos preços internacionais das commodities, que exercem impacto direto em suas taxas de crescimento. Outro fator de impacto são variações nas taxas de juros internacionais. Esses fatores contribuem para oscilações entre ciclo de bonanças e crise na região, o que impacta o bem-estar social e gera instabilidade política. Com isso, o contexto histórico e econômico da região e os ciclos voláteis da economia são determinados em geral por fatores externos, e não por obra de governantes. Por consequência, o voto de responsabilização por meio do qual o eleitor julga o presidente pelo desempenho da economia seria fundado em aspectos que o líder do executivo não controle sobre.

A literatura também aponta problemas referentes a adesão ao sistema democrático. Carrillo (MONSIVAIS-CARRILLO, 2019) afirma que mesmo que a democracia ainda seja a preferência majoritária na região, se trata de uma maioria pouco robusta. Além dos democratas, existe um segmento da população é indiferente à tipo de regime e outro, menor, prefere a alternativa autoritária. Houve aumento significativo da parcela da população que se mostra indiferente no período de 2013 a 2017. Soma-se a isso o achado de Fuks, Casalecchi e Ribeiro (FUKS; CASALECCHI; RIBEIRO, 2019), que colocam que por mais que a maioria dos latino-americanos afirmem que a democracia é preferível a qualquer forma de governo, o apoio aos princípios democráticos se dá de forma desigual. Alguns desses princípios contam com grande aprovação, como apoio a eleições livres e competitivas e independência dos poderes, e outros com baixo apoio, como o estado de direito, a participação em manifestações pacíficas e a tolerância política. Os democratas coesos, ou seja, que aderem a todos os princípios democráticos, estão em pequeno número, apenas 12,8% dos latino-americanos em 2010.

Quanto a problemática dos fatores que podem interferir no apoio à democracia, Moisés e Carneiro (MOISÉS; CARNEIRO, 2008) apontam que o apoio a democracia no Brasil diminuiu com o aumento da desconfiança dos cidadãos em instituições públicas e a diminuição com a satisfação com o regime. As atitudes de desconfiança e insatisfação com a democracia aumentam a chance de os entrevistados escolherem desenhos institucionais que excluem os partidos políticos e o Congresso Nacional, ou seja preferirem alternativas anti-institucionais atribuindo pouca ou nenhuma importância aos partidos políticos e parlamento.

Por fim, o apoio a democracia não parece ocorrer por uma preferência desse tipo de governo baseada somente em seus princípios, estão envolvidos fatores contextuais que podem estar ligados ao funcionamento das instituições públicas ou podem estar fora de controle, como os fatores econômicos mencionados. Além disso, caso explicações culturalistas se mostrarem corretas e a cultura política de fato for importante para a manutenção do sistema democrático, o problema posto é ainda mais grave. Com o apoio à democracia refém da avaliação da economia, fatores exógenos possam vir a interferir na economia podem abalar o funcionamento democrático de uma nação.

Referências bibliográficas

- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98–104, 2001.
- BERNARDES DE MORAES, T. P.; QUADROS, D. G. DE. Os inimigos da popularidade presidencial : percepção de corrupção , inflação e desemprego (2004-2016). **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, v. 19, p. 223–240, 2018.
- CAMPELLO, D.; ZUCCO, C. Presidential success and the world economy. **Journal of Politics**, 2016.
- DAHL, R. A.; LIMONGI, F.; PACIORNIK, C. **Poliarquia : participação e oposição**. [s.l.] Edusp, 1997.
- FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 19, p. 199–219, 2016.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Expanding the civic competence framework: Political knowledge and democratic legitimacy in Latin America. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 61–74, 2018.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 7–32, 2019.
- FUKS, M.; CASALECHI, G. **Education in context : how democratic legacy shapes the impact of education on democratic commitment in Latin America**9 Congreso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2017
- GIMENES, É. R. **Eleitores E Partidos Políticos Na América Latina**. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- INGLEHART, R. Modernización y posmodernización. La Transformación de la Relación entre Desarrollo Económico y Cambio Cultural y Político. **Este País**, v. 38, p. 1–22, 1994.
- INGLEHART, R. A revolução silenciosa na europa: Mudança intergeracional nas sociedades pósindustriais. **Revista de Sociologia e Política**, 2012.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: FRANCIS, 2009.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar,

2018.

LEWIS-BECK, M. S.; STEGMAIER, M. Economic determinants of electoral outcomes. **Annual Review of Political Science**, n. 3, p. 183–219, 2000.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; DE CASTRO, H. C. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinio Publica**, v. 15, n. 1, p. 31–54, 2009.

MAGALHÃES, P. C. Government effectiveness and support for democracy. **European Journal of Political Research**, 2014.

MENEGUELLO, R. O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. **Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, n. August, p. 63–82, 2011.

MOISÉS, J. Á. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 269–309, 17 out. 2010.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1–42, 4 jul. 2008.

MONSIVAIS-CARRILLO, A. La indiferencia hacia la democracia en América Latina. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, 2019.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 44, p. 27–54, 1998.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. In: **Opinião Pública**. Campinas: FapUNIFESP (SciELO), 2011. v. 17p. 304–332.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 9–35, 2003.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A Psicologia Política das Classes Sociais no Brasil: Atributos das Atitudes Políticas por Estratificação e Mobilidade Social. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 11–52, 7 maio 2016.

RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 103–133, 2008.

RIBEIRO, E. A. Mudança de valores e tolerância entre os brasileiros. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, p. 220, 2010.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; FUKS, M. Contexto democrático, escolaridade e tolerância política na América Latina. **Revista Latinoamericana de opinión pública**, n. 8, p. 11–39, 2014.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 28–63, 2010.

SCANLON, T. M. A dificuldade e da tolerância. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 1, n. 84, p. 31–45, 10 dez. 2009.

TELLES, H. Democracia de Democratas Insatisfeitos e a Emergência dos Alternative Right (Ar). **Em Debate**, v. 10, p. 25–30, 2018.

VEIGA, L. F.; ROSS, S. D. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 524–549, dez. 2016.